

Diário do Legislativo de 25/02/2003

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmolo Aloise - PFL

2º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Dilzon Melo - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PPB

3º-Secretário: Deputado Pastor George - PL

SUMÁRIO

1 - ORDENS DO DIA

1.1 - Plenário

1.2 - Mesa da Assembléia

2 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

3 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

4 - ERRATAS

ORDENS DO DIA

Ordem do dia DA 4ª reunião ordinária, EM 25/2/2003

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Prosseguimento da discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.327, que institui o Programa Estadual de Inspeção e Controle da Emissão de Poluentes Atmosféricos e Ruídos Produzidos por Veículo Automotor em Uso - PROGRAMA I/M - e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 3ª reunião Ordinária da mesa da Assembléia, a realizar-se às 10 horas do dia 25/2/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e apreciação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

Mensagem nº 38/2003, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições da Mesa da Assembléia.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 18/2/2003

O Deputado Rogério Correia* - Sr. Presidente, Deputado Mauri Torres, colegas Deputados da Mesa, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, gostaria de, antes de iniciar o tema que me traz à tribuna, saudar a nova composição da Assembléia Legislativa, em especial os companheiros que hoje estão em sua primeira legislatura. Gostaria de saudar também os colegas que retornam após a reeleição. Queria saudar ainda a Assembléia, desejando que possamos ter um trabalho profícuo e condizente com os interesses do povo de Minas Gerais e com a esperança de mudança que não só Minas, mas o Brasil deposita na instituição, no parlamento, em um processo de modificação da vida política brasileira.

Deixo aqui, como Líder do PT e do Bloco do PT com o PC do B, a saudação de todos que integram hoje a maior bancada da Assembléia Legislativa, a Bancada do PT.

Fiz questão de ser o primeiro orador para tratar de um assunto que, creio eu, unifica o conjunto dos Deputados e Deputadas que foram eleitos nesta legislatura, independentemente dos partidos políticos e das diferenças ideológicas. É um assunto de tamanha gravidade que acaba nos unificando. Foi exatamente por isso que nós, da Bancada do PT, no dia em que fomos empossados, fizemos um protesto chamando a atenção para a necessidade de mobilização contra a guerra que se aproxima, a guerra de Bush no Oriente Médio. Esse assunto não pode ser esquecido, pois as conseqüências de uma guerra não serão fáceis para o mundo nem para o Brasil. O Governo norte-americano insiste na guerra, apesar de os próprios inspetores da ONU, muitos deles cientistas norte-americanos, não terem encontrado absolutamente nada daquilo que se propuseram a procurar nas visitas ao Iraque, como armas químicas, biológicas e de destruição em massa. Os inspetores dizem que não localizaram as armas que os Estados Unidos insistem em dizer que existem e que colocariam em perigo a paz mundial. Nada encontraram.

É impressionante como, ainda assim, o Governo norte-americano fala na guerra. Isso é apenas uma mentira para se tentar convencer o mundo de um outro objetivo, o de ter o domínio de uma área petrolífera fundamental. Portanto, a guerra pelo petróleo é algo que tem outras justificativas. É sabido que a indústria bélica americana foi a principal financiadora da campanha eleitoral do atual Presidente, que quer a guerra a qualquer custo.

Na verdade, a guerra já foi iniciada: mais de 150 mil soldados estão no Golfo Pérsico, e 70 mil se encontram a caminho, totalizando 220 mil, prontos para invadir o Iraque, conforme o desejo do Presidente norte-americano, ou seja, derrubar Saddam Hussein. Tudo indica que na primeira quinzena de março ocorrerá um grande ataque militar. Digo grande porque ataques esporádicos sempre acontecem no território iraquiano, além do cerco que o país sofre há décadas, responsável pelo agravamento da miséria.

Essa situação fica ainda pior em função do apoio que os Estados Unidos dão ao Governo de Israel, que é completamente antidemocrático e tem como objetivo guerrear contra os palestinos, aumentando a instabilidade na região.

A imensa maioria da população do mundo está contra a guerra. O Fórum Social Mundial de Porto Alegre determinou que no sábado passado fossem feitas manifestações contrárias à guerra. A mobilização foi feita em mais de 800 cidades do mundo, com milhões de pessoas participando, especialmente na Inglaterra e na Itália, onde os governos apóiam a intervenção belicista dos Estados Unidos. Em Londres, pelo menos 2 milhões de pessoas foram às ruas. Em Roma, mais de 1 milhão disse "não" à política de Bush, combatendo também o direitista Berlusconi, que comanda o Governo da Itália.

Dentro do próprio Estado belicista norte-americano ocorreram as maiores manifestações desde a guerra do Vietnã. Milhares de pessoas pediram paz. A popularidade do Presidente nunca esteve tão baixa como agora, nem mesmo nas proximidades do fatídico 11 de setembro.

A conseqüência da guerra para o povo brasileiro poderá ser dramática, principalmente se o conflito for longo. Ontem, na abertura dos trabalhos da Câmara Federal, o Presidente Lula chamou a atenção para esse fato. O aumento do preço do barril do petróleo acarretará aumento inflacionário. A possibilidade do aumento de juros e maiores dificuldades na economia impedirão o crescimento tão necessário à geração de empregos e distribuição de renda, partes fundamentais do programa do Governo Federal.

O Governo brasileiro declarou-se publicamente contra a guerra, não só no Brasil, mas também no exterior, especialmente no Fórum Econômico realizado em Davos. Essa guerra poderá causar uma crise internacional, com proporções desastrosas para a humanidade. A crise econômica, desigualdades sociais e ditaduras espalhadas pelo mundo, semeadas pelo próprio Governo norte-americano, são terrenos férteis para várias guerras, intolerâncias e xenofobias.

Construir uma cultura da paz pressupõe igualdade social, política e econômica, sólida democracia e solidariedade. Os organismos internacionais devem estar sintonizados com os anseios da humanidade, e não submissos a uma ou outra nação belicista. Para edificar uma nova sociedade estamos aqui. Como o Fórum Social de Porto Alegre proclamou por três vezes, um outro mundo é possível, mas um mundo pela paz e contra a guerra.

Devemos deixar ao povo mineiro não só a mensagem de uma bancada ou de um Deputado, mas também de toda a Assembléia Legislativa.

O Deputado Sebastião Navarro Vieira (em aparte)* - Agradeço pelo aparte e aproveito essa primeira intervenção nesta 15ª Legislatura para saudar a nova composição da Assembléia, principalmente os novos Deputados, que aqui chegam com esforço, inteligência, trabalho e liderança política, para enriquecer este parlamento.

Caro Deputado Rogério Correia, interfiro para aplaudir a tônica que V.Exa. insere em seu discurso, tratando de assunto de maior relevância, que preocupa a nós, mineiros, ao Brasil e ao mundo inteiro: a iminência de uma guerra de conseqüências imprevisíveis. Não que seja defensor de Saddam Hussein. Na verdade, também gostaria de vê-lo fora do Governo, mas posto para fora pelos próprios iraquianos, e não por interferência externa. Tenho bem vivo na memória o massacre do povo do Norte do Iraque, os curdos, desenvolvido e desencadeado por Saddam. Uma barbárie sem limites. Isso não justifica intervenção externa. A atitude do Governo americano faz lembrar a fala do lobo com o cordeiro: " A minha vontade prevalece sobre qualquer lógica". E essa é a lógica do Presidente Bush, que assusta a todos.

Se consentirmos calados em que essa ação americana se desencadeie nos próximos dias da forma como está desenhada, nos sentiremos intranqüilos. O que será do resto do mundo no futuro? O que será do Brasil? E o dia em que entenderem que a Amazônia deve ser internacionalizada? Toda essa situação nos preocupa. A reação do mundo todo é muito importante neste momento.

Cumprimento V.Exa. ao levantar uma posição desta Assembléia. Muito obrigado.

O Deputado Rogério Correia* - Agradeço ao Deputado Sebastião Navarro. Como salientei inicialmente, tenho a certeza de que, independente das nossas diferenças partidárias e ideológicas, devemos nos unir em repúdio a essa guerra. E isso tem acontecido em todo o mundo. França e Alemanha também se colocaram contrárias à guerra, repudiando-a. Provavelmente, vetarão essa possibilidade no Conselho da ONU. Nem assim o governo americano recua em sua posição de ataque ao Iraque. É exatamente isso o que nos preocupa. Mesmo os fóruns internacionais, que tradicionalmente obedecem ao imperialismo americano, não são respeitados pelo Presidente Bush. O governo americano passa por cima das decisões de um órgão que lhe é familiar e sempre foi subserviente.

Vivemos diante de um quadro desagradável. É claro que suas conseqüências também atingirão o Brasil. Ao mesmo tempo em que a política belicista entra em ação no Oriente Médio contra o Iraque - antes contra o Afeganistão e a Palestina -, na América Latina, outro tipo de política também está se implementando na marra: a ALCA - Área de Livre Comércio das Américas. Isso é imposição dos EUA, e se nos submetermos a ela - esperamos que isso não aconteça, porque essa não é a vontade do povo nem do governo brasileiro - teremos aumento de desemprego e miséria no nosso País. Se esse Estado imperialista age do ponto belicista no Oriente Médio, ninguém garante que não fará o mesmo em terras latino-americanas. A união do povo brasileiro e da América Latina é muito importante para demonstrar a capacidade de reação. É preciso fortalecer o MERCOSUL e repudiar o livre comércio das Américas, implementado na marra, que trará prejuízos enormes ao povo latino-americano. Essa é uma função importante.

Na Assembléia Legislativa já existe a Comissão do MERCOSUL, que será de importância para que Minas Gerais possa contribuir na formação desse Mercado como instrumento de fortalecimento do mercado brasileiro e da boa relação com os países vizinhos. Caberá ao PT a direção dessa Comissão, e esse assunto internacional deverá fazer parte das nossas preocupações. Agradeço ao Sr. Presidente e aos Srs. Deputados, desejando sucesso a todos nós nesta nova legislatura. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Célio Moreira - Exmo. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste momento em que há o prenúncio de grandes e importantes transformações neste País e em nosso Estado, é de singular importância para mim, ao assumir o primeiro mandato no Legislativo Estadual, ser um dos protagonistas dessas mudanças. Venho imbuído do desejo de colaborar e ajudar a mudar a face desta Casa - desejo, também, de muitos colegas. É irrestrito meu apoio a mudanças que sejam benéficas à sociedade, independente de filiação partidária ou de sentimento pessoal. Que esta 15ª Legislatura seja um marco na história desta Casa. De igual maneira, espero contar com o apoio e a colaboração dos nossos nobres colegas em meu intento de fazer jus à confiança em mim depositada, e permito-me citar as cidades de Iguatama, Corinto, Caetanópolis, Bambuí e particularmente a Região Metropolitana de Belo Horizonte, que me honraram com uma expressiva votação. Reafirmo meu compromisso de corresponder à manifestação de confiança desses eleitores, consciente, entretanto, de que sou Deputado de um Estado e de todos os mineiros. Espero que seja uma jornada produtiva e calcada no interesse de servir este Estado, hoje sofrido e afetado pelo flagelo econômico que vem impactando toda sua estrutura. Recentemente, soube, através da imprensa, do fechamento de três importantes hotéis da Capital, o que evidencia uma retração econômica da cidade. Não nos cabe, no momento, debruçar sobre os estragos produzidos pelos últimos governantes, mas arregaçar as mangas na busca de soluções para recolocar Minas Gerais em seu lugar de direito. Embora vindo de uma experiência rica e gratificante como Vereador por duas legislaturas, inicio minha vida de parlamentar carente de aprendizado, posto que somente a luta diária nos trará o ensinamento necessário para o desempenho desejado e de fato produtivo para a sociedade. Mas, se me falta o domínio do conhecimento, sobra-me o desejo de colaborar, participar e compactuar com meus pares em idéias e projetos que sinalizem os anseios dos mineiros. Não sou afeto à vaidade nem me atinge a lisonja do "status" que alcanço na condição de Deputado neste gigantesco Estado. Mas sou tomado de uma alegria ímpar de estar aqui hoje, mesmo considerando as dificuldades com que nos defrontaremos ao longo dessa jornada.

Teremos de exercitar a paciência e transmiti-la àqueles eleitores que esperam de nós soluções de primeira hora. A palavra de ordem no momento em todas as esferas do poder é a contenção de gastos, e é sob essa perspectiva que teremos de encontrar respostas e soluções visando ao aquecimento da economia, à reestruturação de nossa malha viária, à produção de mão-de-obra, ao estímulo ao turismo e à agropecuária, etc.

Por uma questão de bom senso, seria imprudência e até mesmo insensatez, tentarmos obstruir as iniciativas do Executivo em seu propósito de eliminar eventuais exageros e gastos, para compor uma realidade mais administrável do ponto de vista econômico. Não é hora de barganhas, mas de coesão e de despojamento.

Espero contar com os nobres pares para resgatarmos a política de Minas Gerais. Quero aprender com os novos Deputados e Deputadas e reconstruir esta referência para o nosso País - o Legislativo de Minas Gerais.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Ilustre Deputado Célio Moreira, ouço com muito prazer seu primeiro pronunciamento nesta Casa. Saúde V. Exa. e os ilustres Deputados e Deputadas, que estão iniciando a 15ª Legislatura à procura dos legítimos interesses do povo mineiro.

Muito importante e oportuna a sua fala, quando traz uma reflexão e, particularmente, a preocupação com os vários ângulos que Minas deseja deste parlamento.

Com muita razão, V. Exa. questionou a malha viária e os investimentos de Minas nas áreas da educação e da saúde. Mais do que nunca, agora, imbuídos nos esforços para que a Assembléia Legislativa seja efetivamente a catalisadora e a cumpridora, tenho certeza, resgataremos os anseios da população em todos os setores.

Permita-me, ao ver os alunos da UEMG, saudá-los mais uma vez. Aqui se encontram, buscando desta Casa Legislativa melhores condições de estudo.

Esta Casa, na legislatura passada, acompanhou a nossa proposta de emenda à Constituição, que hoje garante à UEMG, à UNIMONTES e a mais 35 instituições superiores a garantia do sistema da educação mineira, possibilitando a todos educação e permanência no próprio ensino de

Minas Gerais.

Saúdo V. Exa. e peço a Deus que abençoe nosso Presidente, a Mesa e todos os Deputados que chegam imbuídos de muita vontade de trabalhar para nosso povo.

Parabéns, com certeza estaremos unidos reivindicando os direitos que o povo merece. Muito obrigado.

O Deputado Célio Moreira - Obrigado Deputado. Com certeza esta Casa realizará debates, seminários relacionados, principalmente à questão da saúde, da educação, e, como foi dito, da malha viária do nosso Estado.

Esta Casa terá muito a contribuir, cobrando o empenho da bancada federal para que derrube o veto da CIDE, para que Minas e outros Estados tenham recursos suficientes para a execução de melhorias. Essa questão do tapa-buraco não resolverá coisa alguma. Precisamos refazer vários trechos das estradas.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Nesta primeira reunião, em meu nome e do PDT, meu partido, temos a satisfação em tê-lo como companheiro, ou seja, Deputado Estadual, assim como as novas Deputadas que chegam à Casa. Acredito que não haverá muitas dificuldades, pois temos ex-Vereadores de Belo Horizonte e do interior de Minas, além de ex-Prefeitos. Podemos construir um Legislativo, acima de tudo, forte. Isso é o que esperamos e é o objetivo pelo qual lutaremos.

Deputado Célio Moreira, na verdade, enfrentaremos um tempo ruim e uma grande turbulência. Diferentemente do que o ex-Governador pregava em seu discurso, em números reais, a economia de Minas Gerais está em estado de precariedade e de muita dificuldade. Isso exigirá muito do Governador Aécio e deste parlamento para que possamos efetivamente fazer com que Minas volte aos trilhos.

Só para exemplificar minha fala, na saúde pública temos em Restos a Pagar em 2001, que não foram honrados no ano passado, quase R\$400.000.000,00. Esta Casa enfrentará um problema muito sério, uma vez que são recursos provenientes de projetos e programas que foram assinados com os Prefeitos, assim perfazendo quase R\$400.000.000,00. Digo isso para mostrar as dificuldades que teremos pela frente. Contudo, toparemos essa parada e procuraremos dar a nossa contribuição para que o parlamento mineiro ajude Minas a sair desse buraco interminável em que se encontra.

Parabéns pelo pronunciamento. Seja bem-vindo à sua Casa, V. Exa. que já é um parlamentar experiente. Certamente juntos iremos escrever uma nova página na história do parlamento mineiro. Muito obrigado.

O Deputado Durval Ângelo (em aparte)* - Deputado Célio Moreira, é com alegria que o recebemos nesta Casa Legislativa. Certamente perdeu a Câmara Municipal de Belo Horizonte, porém esta Assembléia ganhou com sua presença. Temos a alegria por tê-lo como companheiro.

Gostaria de fazer uma referência ao pronunciamento de V. Exa., quando cita a questão da obstrução, ou seja, de que não seria hora de fazê-la em razão dos problemas do Estado e de um Governo que está se iniciando. As Bancadas do PT e do PC do B decidiram obstruir, pois estamos passando por uma anormalidade no Estado. Apesar de vermos estampada na imprensa essa situação distinta, na realidade, uma situação de anormalidade que subtrai o poder desta Casa.

Tivemos, em toda a história das leis delegadas em Minas Gerais, até o início deste Governo, 48 leis delegadas. De 1º a 31 de janeiro, o Governo saltou da Lei Delegada nº 49 até a de nº 107, praticamente mais do que o dobro de todos os Governadores eleitos. Entendo que isso diminui o Poder Legislativo, pois uma ordem democrática está sendo quebrada.

Gostaria de citar que o Governo cometeu absurdos de inconstitucionalidade. V. Exas., colegas Deputados, podem verificar isso tanto no art. 72 da Constituição Estadual quanto no art. 14, § 8º, que teve como grande relator o Deputado Bonifácio Mourão.

O art. 72 limita o poder da lei delegada. Mas tivemos aqui leis delegadas que modificaram até a Constituição do Estado. E o § 8º do art. 14, relatado pelo Deputado Bonifácio Mourão em 1989, vedava a delegação para modificar a administração indireta. Entretanto, o Governo fez tudo isso, mudando a administração indireta. Temos, então, várias leis delegadas inconstitucionais e ilegais.

Como determina a Constituição, apresentei um projeto de resolução, mediante o qual seriam cessados os efeitos dessa lei.

Mas, colegas, por que obstruí?

Tivemos leis delegadas publicadas depois do dia 31 de janeiro. Pasmem, isso é ditadura! Isso é um absurdo! No dia 4 de fevereiro, a Lei Delegada nº 68 foi retificada totalmente. E, no dia 5 desse mesmo mês, a Lei Delegada nº 109 foi modificada totalmente, ou seja, foi editada uma nova lei. Além disso, no dia 6, a Lei Delegada nº 100 foi modificada e retificada em seu anexo. Obstruí, portanto, porque a ordem democrática está sendo quebrada em Minas Gerais. Muito obrigado.

O Deputado Célio Moreira - Sr. Presidente, apenas para concluir, gostaria de agradecer o aparte do nobre Deputado Durval Ângelo e dizer que o PL dará sustentação ao Governo de Aécio Neves, apoiando, com certeza, todos os projetos que visarem ao bem do nosso Estado. E, em relação ao que vier contra os interesses de Minas Gerais, o PL também tomará suas posições. Além disso, no âmbito federal, o Presidente Lula contará com o apoio irrestrito do PL para realmente mudar essa situação. Então, é hora de confiarmos no novo Governador, que chega com muita vontade de resgatar o nosso Estado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado José Milton* - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, imprensa e público presentes, quero cumprimentar os Deputados que estão, como eu, iniciando agora o desafio do exercício do mandato parlamentar por Minas Gerais. Estou em meu segundo mandato, e cumprimento todos os meus colegas que me deram a oportunidade e a alegria de poder conviver por quatro anos no mandato passado e os que chegaram para exercer o seu primeiro mandato. Desejo a todos muito êxito e sucesso. O que é mais importante e nosso dever, são os resultados positivos para o povo mineiro. Quero também cumprimentar a Bancada do PL, aqui representada pelo nosso Líder, Deputado Dinis Pinheiro, e pelo companheiro Pastor George, nosso representante à Mesa como 3º-Secretário; o Deputado Célio Moreira, que fez uso da palavra, e os novos companheiros: o Deputado Leonardo Moreira, filho do nosso querido Deputado Edmar Moreira, grande liderança da Zona da Mata e de Juiz de Fora; o Deputado Sidinho do Ferrotaco, jovem liderança de São João del-Rei, e o Deputado Jayro Lessa, também grande liderança que surge na região de Valadares e em diversas outras de Minas Gerais.

O PL vem apoiar as mudanças e as melhorias favoráveis ao desenvolvimento do nosso Estado. Iniciamos este mandato com a disposição de

empreender um trabalho em apoio, no que for possível, ao Governador Aécio Neves, para que possa encontrar as soluções para os graves problemas que afligem Minas Gerais.

Quero lembrar que, durante a campanha para a Presidência da República, o então candidato pelo PSB, Anthony Garotinho, fez uma brincadeira considerada de mau gosto com o nosso candidato, José Luís Inácio Lula da Silva, em relação à CIDE.

Essa brincadeira de campanha de mau gosto, essa pegadinha, como anunciada à época, infelizmente, no final do mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, virou também uma brincadeira de mau gosto para com o povo brasileiro.

Refiro-me ao veto imposto pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso aos artigos que regulamentavam a destinação desses recursos da CIDE para investimentos de conservação de estradas e infra-estrutura de transportes de modo geral.

Por andarmos por toda Minas Gerais, sabemos, como todo o povo mineiro, da precariedade, da situação lastimável das rodovias mineiras. Portanto, essa decisão equivocada e lamentável de vetar os artigos que regulamentavam esses recursos de quase R\$9.000.000.000,00 que, investidos na infra-estrutura, na preservação e recuperação da malha viária federal e estadual - e Minas Gerais detém a maior malha viária federal do Brasil - seguramente não estaríamos vivendo hoje a tristeza de vermos nossos irmãos brasileiros morrendo em todos os cantos deste País, vitimados pelas péssimas condições de nossas estradas.

O Deputado Célio Moreira já defendeu aqui a articulação dos nossos Deputados Federais para derrubar esses vetos e viabilizar a destinação correta dos recursos da Cide.

O brasileiro, de modo geral, tem boa vontade de pagar impostos. Hoje, seguramente, é o povo que mais paga impostos no mundo. Criam-se várias espécies de contribuições. Está aí a CPMF, que seria destinada à saúde e que virou imposto permanente. Infelizmente, esses recursos foram desviados para outros setores que não o da saúde. Se todos os recursos obtidos através da CPMF tivessem sido, rigorosamente, aplicados na saúde, com certeza o Brasil hoje desfrutaria uma saúde de primeiro mundo.

Os recursos destinados à conservação das estradas, à infra-estrutura de transportes, no ano passado, foram cerca de R\$9.000.000.000,00. Este ano, com certeza, será muito mais. A lei que criou a CIDE definiu muito bem que deveriam ser aplicados nas rodovias. Mas, infelizmente, no ano passado, não o foram. Serviram para aumentar o superávit primário do Governo e agora está havendo a mesma destinação. Não podemos nos conformar com isso.

Os recursos a serem aplicados nas rodovias não são de muita monta. Em conversa com o colega Deputado Agostinho Patrús, Secretário de Obras, fiquei sabendo que o Governo Aécio Neves, sem convênio que garanta o ressarcimento ao Estado, investiu, nos últimos 30 a 40 dias, o montante de R\$4.100.000,00, fazendo a recuperação de cerca de 1.400km de rodovias federais e 1.600km de estaduais, uma operação tapa-buracos. Recuperaram-se cerca de 3.000km com R\$4.100.000,00. A recuperação dessas rodovias evitou expectativas e possibilidades de acidentes. Moro em Conselheiro Lafaiete, portanto, tráfego pelas rodovias, já que venho diariamente a Belo Horizonte, e o que vejo de acidentes na BR-040, fruto da má conservação das estradas, não é brincadeira.

Só para citar um exemplo, o Deputado Eliseu Rezende, relator do projeto da CIDE, em brilhante artigo, no jornal "Estado de Minas", no dia 6 de fevereiro, defendeu a garantia desses recursos da CIDE para as estradas. Coincidentemente, no dia 10 de fevereiro, quatro dias depois, perto do trevo de Moeda, o motorista da viúva de um ex-Deputado da Casa, Deputado Agostinho Campos Neto, foi desviar de um buraco e bateu de frente com outro carro, morrendo a Sra. Célia Nogueira Rezende, muito conhecida em Minas Gerais, cunhada do Deputado.

Então, poucos dias depois de o Deputado Eliseu Rezende defender veementemente a aplicação dos recursos da CIDE na preservação e, de modo geral, na infra-estrutura dos transportes em nossas estradas, a sua cunhada morre num trágico acidente.

Portanto, a partir de Minas Gerais, temos que nos mobilizar para mudar essa situação, principalmente porque o Ministro dos Transportes é mineiro, o Vice-Presidente da República, José de Alencar, também é mineiro, e temos grande representação mineira de todos os partidos. Trata-se de questão suprapartidária e não apenas do partido A, B ou C. É uma questão de Minas Gerais e do Brasil.

Precisamos fazer um grande movimento para que os nossos Deputados derrubem o veto para garantir a aplicação desses recursos na malha rodoviária, nos transportes, para que o cidadão mineiro tenha segurança e também a certeza de que viajará e voltará vivo para a sua casa. Hoje, ao contrário, o cidadão sai de casa e não sabe se volta para sua família.

O Deputado Dinis Pinheiro (em aparte)* - Parabenizo o excelente pronunciamento do Deputado José Milton.

Aproveito a oportunidade para saudar, com muito entusiasmo, as Sras. e os Srs. Deputados, os reeleitos e aqueles que aqui chegam pela primeira vez. De forma muito entusiasmada, quero saudar o nosso colega Célio Moreira, que nos antecipou no seu pronunciamento.

Agora, temos a oportunidade de testemunhar a eficácia do pronunciamento do Deputado José Milton, quando aborda, com muita profundidade e firmeza, o imposto altamente essencial para o Brasil e, de forma especial, para Minas Gerais. Estamos observando a luta de um grande mineiro, o Deputado Federal Eliseu Rezende, que tem desenvolvido todos os esforços e inúmeras ações para conseguir direcionar esses recursos da CIDE para o sistema viário de Minas Gerais. Essa luta recebeu a solidariedade, o abraço e a cordialidade do Governador Aécio Neves, que, plenamente consciente da importância desses recursos, tem travado grande luta para a derrubada desse veto.

Na condição de Líder do PL, parte integrante do Governo Lula, e com o prazer e a oportunidade de ter ao nosso lado o Vice-Presidente José de Alencar, nada mais justo e obrigatório que eu venha, como representante do PL, ao lado do Deputado José Milton, conchamar todos os mineiros e, de forma especial, a bancada petista, sobretudo o Deputado Durval Ângelo, que falou anteriormente, para que possamos fazer essa caminhada em favor de Minas, ao buscar a derrubada desse veto. Assim, poderemos retomar vigorosamente o crescimento de Minas Gerais, com a vinda desses recursos essenciais para o progresso e o desenvolvimento do nosso Estado.

Parabéns, Deputado José Milton. Deixo um abraço especial a todos os colegas e pares do Partido Liberal. Espero que possamos desenvolver um trabalho à altura da ansiedade e da expectativa do povo de Minas Gerais.

O Deputado Doutor Ronaldo (em aparte) - Sabemos que a CIDE foi usada no Governo passado para prestar serviços aos organismos internacionais e pagar aos aposentados salários do Ministério dos Transportes. Lula é como nós, um homem que muito faria pelo povo. A luta que deveria ser travada no Congresso Nacional é injusta, pois, sendo comprometido com o povo, Lula há de notar que os recursos são necessários à malha viária de Minas e do Brasil. Bastaria apenas um sinal, e Lula teria de nos atender. Obrigado.

O Deputado José Milton* - Agradeço a intervenção do nobre Deputado, ao fazer coro quanto à necessidade de garantir que os recursos criados pela contribuição cheguem ao destino. Essa não foi instituída para gerar superávit primário nem para cobrir rombos de outro setor. Portanto, há grande mobilização e será bem sucedida. O povo não paga pouco. A cada litro de gasolina, a contribuição é de R\$ 0,86 por litro; de álcool, R\$ 0,72; de diesel, R\$ 0,39. E a classe assalariada é penalizada com contribuição de R\$ 250,00 por tonelada.

Portanto, o brasileiro que usa as estradas precisa ter o retorno justo. Tenho certeza de que o Presidente Lula terá a inteligência e a sensibilidade de aprovar a derrubada dos vetos e fazer com que os recursos cheguem às estradas, grande necessidade de todos nós. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Leonardo Quintão - Sr. Presidente, Srs. Deputados, companheiros, agradeço a oportunidade de estar aqui, dada pelo povo mineiro. Saúdo, em especial, os colegas da Câmara Municipal de Belo Horizonte, D. Lúcia Pacífico, André Quintão e Célio Moreira. Nos últimos dois anos, como Vereador, tive a oportunidade de aprender muito na Câmara Municipal. Agora, na Assembléia Legislativa, continuarei aprendendo com os colegas, que me receberam com muito carinho.

Início com o significado da palavra "Assembléia": vem do francês "assemblée", que significa unir, juntar.

No início da atividade deste parlamento, quero lançar aos colegas o desafio de empenharmos todos os nossos esforços em prol de Minas Gerais.

Ao lado do nobre sentimento contido na palavra "Assembléia", têm-se de, obrigatoriamente, alinhar as seguintes virtudes: ética, cidadania e conciliação. Dentre esses pilares, destaco a ética, por ser a base das qualidades de todo estadista. Um político ético é um defensor da cidadania, que, mediante a conciliação, constrói o bem comum. São mais que palavras que se completam, são verdadeiras armas de batalha de todo político. Ética, cidadania, conciliação, esses são os valores que balizam toda a minha vida pública, iniciada há dois anos.

A ética é a alma do político. Minas Gerais precisa de ética, cidadania, conciliação, justiça, paz, desenvolvimento, crescimento, educação, saúde e segurança. Esses são desafios de que nenhum cidadão ou político irá se escusar. É uma visão ousada, mas, todo estadista deve ser um visionário. Desde os anos de Vereador em Belo Horizonte, venho defendendo que tais desafios não poderão ser vencidos apenas pelo Estado e pelos políticos, pois há a imperiosa necessidade de ampla participação das empresas, das ONG's, das igrejas, da sociedade civil organizada, dos voluntários, enfim, de todo o terceiro setor no combate às mazelas sociais e econômicas do Estado.

Não me mantive inerte diante dessa visão e trabalhei até serem sancionadas, em Belo Horizonte, leis que fomentam a responsabilidade social empresarial, o voluntariado, o reconhecimento da empresa-cidadã; leis que incentivam as empresas e as ONG's a promoverem a assistência social, a defesa do meio ambiente, o desenvolvimento de novas tecnologias, a saúde, a educação e a segurança alimentar.

Não obstante, também, empenhei-me na cruzada pela moralização dos gastos públicos. Analisando o orçamento da cidade, como Vice-Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças, propus mudanças e melhores aplicações em vilas e favelas, onde estão os cidadãos do Estado que mais necessitam do investimento público direto. O dinheiro público mal empregado hoje é o recurso que faltará amanhã para a preservação do bem-estar do cidadão.

Quero ressaltar ainda o trabalho do Deputado Mauro Lobo, na implementação do Pregão no Estado. Ainda como Vereador, também lutei e aprovei o Pregão na cidade de Belo Horizonte. Essa ação, neste ano, irá ajudar-nos a economizar para a cidade R\$50.000.000,00, pois reduz custos, moraliza o gasto público e desburocratiza, permitindo a aplicação de recursos na área da saúde e na geração de empregos.

Não me mantive inerte à voz sábia das ruas e, desde o dia de minha posse como Deputado Estadual, já apresentei projetos de lei que traduzem a importância da participação das entidades sem fins lucrativos, da transparência no trato dos impostos estaduais, da responsabilidade social do Executivo, do pagamento dos serviços terceirizados, da carreira de administrador público e do concurso público.

Destaco o administrador público, cuja formação é dada pela escola de Governo, principal porta de entrada dos verdadeiros talentos para a administração pública de Minas Gerais, que tem, na minha pessoa, um verdadeiro entusiasta.

Quanto ao projeto de lei do concurso público, inspirei-me na sofrida classe dos funcionários públicos, fiéis servidores, que muitas vezes, motivados por um sentimento de altruísmo, continuam atendendo às necessidades da população.

A responsabilidade social das empresas é também uma bandeira que defendo ardorosamente. As empresas mineiras fazem mais ação social que se imagina. Segundo a conceituada FIEMG, expoente entre as Federações das Indústrias do Brasil, mais de 78% das empresas mineiras têm algum projeto social e apenas 13% ainda não o realizam, apesar de desejarem. Presto-me ao papel de político ao apresentar projetos de lei que incentivam a participação da iniciativa privada na assistência social.

Reafirmo que os desafios são muitos, nobres companheiros, mas, desde o início do Governo Aécio, já se podem constatar vitórias, notadamente no aprimoramento da gestão da coisa pública. Nesse contexto, parabeno o Secretário de Planejamento e Gestão Antônio Anastasia e toda a equipe de transição daquela época, pela moderna reforma da estrutura orgânica do Estado, que, além de reduzir custos, insere Minas Gerais na rota da eficiência da administração pública.

Por fim, uno minha voz ao Governador Aécio Neves, ao Vice-Governador Clésio Andrade, aos companheiros do PFL, a todos os Vereadores eleitos Deputados Estaduais e a todos os reeleitos que estão iniciando o mandato parlamentar, na defesa da reinserção de Minas Gerais na posição de destaque que merece no cenário político-econômico do Brasil.

A Deputada Lúcia Pacífico (em aparte) - Deputado, parabeno-o pela sua fala e cumprimento o Presidente desta Casa, os demais componentes da Mesa, os Deputados e as Deputadas desta legislatura. Quando mencionou os desafios que nós, Deputados, teremos de enfrentar juntamente com o Governo do Estado no que diz respeito às políticas públicas, fez uma referência à área da educação. A UEMG encontra-se em estado de calamidade, e os seus alunos estão aqui presentes nas galerias. O espaço físico da universidade não comporta o número de alunos matriculados, e o salário pago aos professores é muito baixo. Junto ao Governo do Estado, tentaremos solucionar esses problemas emergenciais. Sem dúvida a educação é a alavanca para o progresso. Muito obrigada.

O Deputado Doutor Viana (em aparte) - Agradeço o aparte e dou as boas-vindas a todos. Peço a Deus que ilumine cada um de nós, para exercermos com honradez e dignidade este mandato confiado pelo povo de Minas Gerais. Parabeno-o pela fala e pela maneira simples de passar as suas ansiedades e sonhos para todos nós e para o povo do nosso Estado.

Comungo com as preocupações de vários colegas, em dois sentidos principalmente.

Ultimamente, os Governos Federais adotaram a concepção de se criar uma taxação e não se destinarem os recursos para a finalidade precípua para a qual foi criada. É o que ocorre com a CIDE. Citamos também a CPMF, que foi criada para solucionar o problema da saúde, mas, até hoje, a área da saúde não recebeu, sequer, um centavo. Agora, a CIDE, que vem para consertar nossas estradas, onde morrem muitas pessoas, cidadãos de nosso Estado e País, foi desviada durante o Governo passado e se vislumbra, neste Governo, que vai continuar sendo destinada a outras finalidades. Lutaremos para que os recursos sejam destinados ao conserto das estradas e das rodovias, que estão caóticas, causando a morte de nossos irmãos.

Com relação à educação, como fui universitário... Sou médico, associo-me às angústias dos estudantes aqui presentes. Estão pedindo socorro para uma instituição da qual a Assembléia e o Estado são a mãe e o pai. Logo, precisam assumir o filho que criaram. É necessário dar respeito e condições para que a UEMG cumpra seu papel. Estamos solidários na busca do apoio desta Casa à UEMG e à UNIMONTES. Parabênizos V. Exa., como também os Deputados Célio Moreira, José Milton e Rogério Correia. A todos, boas-vindas! Que a Mesa tenha uma administração bastante profícua!

O Deputado Leonardo Quintão - Obrigado, Deputado. Encerro minha fala agradecendo aos Deputados, aos servidores desta Casa e a todas as pessoas o carinho com que me receberam nesta Assembléia Legislativa. Deixo aqui registrada minha vontade de trabalhar, de contribuir para o Poder Legislativo de Minas Gerais, a fim de, juntos, fazermos a diferença nesta 15ª Legislatura.

A Deputada Maria Tereza Lara* - Antes de falar especificamente sobre o veto, quero, de modo especial, cumprimentar todas as colegas Deputadas e Deputados desta Casa.

É uma alegria poder voltar no momento em que o Brasil renova a esperança de que seu povo possa ter a dignidade resgatada. Sabemos que esse é um processo difícil, é uma gestação. Por isso, não esperemos que, em apenas um mês e alguns dias, possamos ter um Brasil novo. Com a posse de Lula, começaram novos tempos. Tempos que estão sendo construídos por todos nós, que temos compromisso com o povo brasileiro, com a Nação, com a defesa da cidadania. Somos contra toda a interferência dos países que querem nos subjugar.

Peço a Deus que abençoe os trabalhos desta Casa, para que estejam a serviço da justiça e da fraternidade. Antes de falar sobre o veto, quero retomar a palavra de nosso companheiro e Líder da Bancada do PT, Deputado Rogério Correia, quando falou sobre a guerra do Iraque. Somos radicalmente contra ela por princípios partidários e cristãos.

No último sábado, houve manifestações populares em todo o mundo contra essa guerra fratricida. Além das manifestações coletivas, todos nós temos o compromisso de construir a paz, que é uma luta pela justiça. Não uma paz de braços cruzados, mas uma paz ativa. Precisamos construir a paz no nosso meio, na nossa família, no nosso trabalho e aqui, especificamente. Uma paz que tem de ser necessariamente vinculada à justiça. Dessa forma, estaremos contribuindo para que ela possa se irradiar para o mundo inteiro.

Quero cumprimentar os jovens estudantes, professores e funcionários da UEMG. Quando estive aqui, em 1999 e 2000, tive a honra de presidir uma comissão que discutiu a questão da UEMG. Somos solidários com vocês. Se as sociedades mineira e brasileira querem dias melhores, há a necessidade de investimento na educação, para que, no mínimo, vocês tenham o espaço físico necessário. Muito mais do que isso, vocês precisam de todo o apoio, para que possam estudar e construir o País que tanto sonhamos. Isso passa por vocês, jovens, não jovens do futuro, mas jovens do presente. O compromisso tem de ser agora. Tem de ser uma ação suprapartidária. Colegas Deputados de outros partidos já se dispuseram a formar uma frente parlamentar a favor da UEMG. Queremos somar com vocês nessa frente. Esse é um compromisso de todos nós que fomos eleitos pelo povo mineiro.

Queremos lembrar que investir na educação é ir contra a guerra. Quero lembrar de modo especial o Papa João Paulo II, que dirige atualmente a Igreja Católica e é uma das grandes lideranças mundiais contra a guerra. É uma liderança de mais de 80 anos. Alquebrado fisicamente, mas com fortaleza de espírito. Ungido pelo Espírito Santo, tem dado a vida para construir a paz, pois essa guerra só pode ser de pessoas totalmente loucas. Não é possível que possamos defender a destruição do mundo pelo próprio homem.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Gostaria de me alinhar à V. Exa. na questão específica da UEMG. Aproveito para cumprimentar todos os companheiros e companheiras, os Deputados e Deputadas, a Mesa diretora, os funcionários, a imprensa e em especial os alunos da UEMG. Havíamos mencionado, por mais de uma vez, nossa disposição de buscar entendimento com todos os Deputados, para que tenhamos não só uma bancada, mas toda a Assembléia, em defesa da UEMG.

Creio que todos aqui vieram com o propósito de servir a Minas Gerais. Não há causa mais nobre que a educação. É ela que seguramente poderá nos salvar de guerras absurdas como a que se prenuncia. A causa da UEMG não pode ser uma bandeira partidária. Tem de ser uma bandeira de todo o povo mineiro. É hora de somarmos esforços em relação a essa questão. E mais do que isso: é hora de propor ao Legislativo e ao Executivo, por meio de diálogo, a elaboração de um projeto realista, que nos tire da posição de utopia, de sonho, e nos leve para uma realidade construída ainda que a duras penas, por algum tempo. E que seja construída por todos, com o objetivo de atender ao povo mineiro. Além disso, essa não deve ser uma ação tão distante no tempo, a fim de que os jovens possam construir o seu futuro com dignidade, uma vez que o ensino público de nível superior não pode continuar sendo prerrogativa das elites. Tive a oportunidade de fazer uma faculdade pública, porque de outra forma não conseguiria me formar. Venho do interior de Minas e, desde o primário até à faculdade, sempre freqüentei escolas públicas, em razão da minha origem humilde. Tenho a convicção de que devemos nos unir por causas como essa.

Congratulo-me com V. Exa., Deputada Maria Tereza Lara. Na próxima reunião, faremos um pronunciamento inicial nesta Casa, deixando bem claro o compromisso com a UEMG e com as causas que devem unir todos os mineiros. O mesmo devemos fazer com relação ao Governador Aécio Neves, cujo programa contém compromissos claros com a UEMG e UNIMONTES. Estaremos a seu lado, levando sugestões e reivindicações da comunidade. Assim, num processo de diálogo, conseguiremos construir uma Minas Gerais melhor. Obrigado pelo aparte.

A Deputada Maria Tereza Lara* - Obrigada, Deputado Domingos Sávio. Acreditamos nessa construção. A questão do espaço físico é simples, dependendo apenas de alguns acordos. Portanto, devem ser tomadas medidas imediatas.

Voltarei ao veto. Farei um esclarecimento não só aos Deputados, mas também ao público que nos vê pela TV Assembléia. A discussão é do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.327, que institui o Programa Estadual de Inspeção e Controle da Emissão de Poluentes Atmosféricos e Ruídos Produzidos por Veículo Automotor em Uso.

O veto total é oriundo de um projeto que gerou muita polêmica no final do ano passado. Cria o Programa Estadual de Inspeção e Manutenção de Emissão de Poluentes e Veículos. Esse controle é determinação do Código Nacional de Trânsito. O CONAMA determinou que os órgãos estaduais e municipais de meio ambiente implantem os Planos de Controle de Poluição por veículo em uso.

Na tramitação, foi apresentado o Substitutivo nº 1, da Comissão de Meio Ambiente, que tinha dois pontos principais de atenção: o § 2º do art.

11, que reduz o prazo da concessão de 15 para 5 anos, prorrogáveis, e o § 3º do art. 11, que determina que as inspeções serão remuneradas com a taxa de licenciamento criada pela Lei nº 14.136, de 28/12/2001. A razão dessa idéia é evitar criar-se mais uma taxa que onere o contribuinte, dando-se destinação àquela taxa, com a qual a nossa bancada não concorda. O Deputado Edson Rezende chegou a apresentar projeto revogando essa taxa. A questão da remuneração desse serviço causou grande polêmica na tramitação do projeto.

Por emenda da Comissão de Finanças, cujo relator foi o Deputado Luiz Fernando Faria, aumentou-se o prazo de concessão para 10 anos, prorrogáveis, e determinou-se que a política tarifária seja fixada pelo preço da proposta vencedora.

Juridicamente, ou se trata a inspeção como serviço público e aí cobra-se uma taxa, obrigatoriamente criada por lei, ou terceiriza-se o serviço. Aí, teremos um preço fixado pelas normas da Lei de Licitações. Essa segunda opção tem dois argumentos a favor e um contra: a favor, resolve a questão do financiamento da inspeção e evita que o Estado gaste, adquirindo equipamento e contratando servidores. Entretanto, gerará, ao final, mais um ônus para o cidadão, que terá de desembolsar anualmente cerca de R\$50,00, média do preço desse serviço nos Estados que já o implantaram.

Por via de emenda ao parecer de redação final e mediante acordo de Líderes, acabaram sendo aprovados os dois critérios, que são contraditórios entre si: a remuneração pela taxa de licenciamento e pelo edital de licitação.

O veto alega que a matéria "trânsito" é privativa da União. Entretanto, o foco da discussão aqui é meio ambiente. Por outro lado, o próprio veto diz que o controle da poluição se dará na forma estabelecida pelo CONTRAN e pelo CONAMA. Entretanto, o CONAMA determinou que os órgãos estaduais de meio ambiente implantem o controle de poluentes. O que o projeto faz é exatamente cumprir a determinação do CONAMA (Resoluções nºs 18, de 13/12/95, e 256, de 30/6/99). Nesse aspecto, consideramos o veto equivocado.

Entretanto, mesmo que se rejeite o veto, o Estado não tem como implantar o programa sem definição da questão da remuneração pelos serviços. Os vetos contraditórios são o § 3º do art. 11 (tarifas definidas na licitação) e o art. 13 (remuneração pela taxa de licenciamento).

Por isso, temos de votar pela manutenção do veto total ou pelo menos rejeitar uma das duas opções acima. Há uma contradição dentro do próprio projeto. Nesse sentido, é fundamental, no momento em que vivemos, aprimorarmos, na votação de matérias importantes, o controle social das políticas públicas. Defendemos que todos os governantes, também no Executivo, mesmo sendo do nosso partido - como no caso do Governo Federal -, possam fazer esse controle.

Noticiamos, mais uma vez, o fato que aconteceu ontem e foi veiculado pela imprensa. Trata-se da criação do escritório regional do DIAP em Minas Gerais. Diz a imprensa de hoje: "A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais vai colaborar com o primeiro escritório regional do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar - DIAP -, que será criado no Estado. A garantia foi dada pelo Presidente Mauri Torres, que recebeu representantes de sindicatos e associações. 'A vigilância fortalece o sistema democrático', declarou o Presidente."

Temos de reivindicar e lutar por isso. É preciso que o parlamento brasileiro possa radicalizar na transparência, na participação popular e na defesa não só da democracia representativa, mas da democracia direta. Esperamos que ela possa dar passos largos no nosso País, sobretudo com um governo democrático-popular.

Foi anunciado que será criada a Comissão de Participação Popular aqui na Assembléia. Defendemos e acreditamos que ela trará mais qualidade aos trabalhos legislativos.

O Presidente do Sindicato dos Jornalistas de Minas Gerais, Aloísio Lopes, que participa da coordenação do escritório regional do DIAP, informou que a equipe técnica estará definida nos próximos dez dias. Além do apoio de diversas entidades sindicais, o grupo também está conversando com a UFMG e com a PUC-Minas em busca de parcerias. Aloísio Lopes disse ainda que o escritório regional - o primeiro a ser criado pelo DIAP, que já tem 20 anos de existência - deverá ampliar o perfil do trabalho, que, nacionalmente, enfatiza os assuntos sindicais e de interesse dos trabalhadores.

A Diretora do Sind-UTE, Beatriz Cerqueira, que também participou do encontro, disse que o escritório regional deverá seguir a metodologia do DIAP nacional, com a divulgação de informativos periódicos e de publicações especiais, como o perfil dos parlamentares. Segundo ela, o escritório vai divulgar informações sobre os gastos com campanhas eleitorais, financiadores e o posicionamento dos Deputados.

Para nós, Deputados desta Casa, tem que ser motivo de orgulho abrir as portas para que o DIAP e seus representantes possam acompanhar os nossos mandatos. É isso o que defendemos.

* - Sem revisão do orador.

2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 19/2/2003

O Deputado Bonifácio Mourão - Sr. Presidente, membros da Mesa da Assembléia Legislativa, Sras. e Srs. Deputados, servidores desta Casa.

Relembro Raimundo de Azevedo Correia para dizer aos senhores que, como a ave que volta ao ninho antigo, volto à Assembléia Legislativa de Minas Gerais. Deputado Estadual ao longo de dez anos, renunciei ao terceiro mandato, eleito que fui Prefeito da minha inesquecível Governador Valadares, que, nas últimas eleições para Deputado, me deu 47 mil votos.

Nos meus saudosos anos de Legislativo, fui Presidente das principais comissões permanentes desta Casa e Líder da minha Bancada, o PMDB.

Ainda no primeiro mandato, fui relator da 4ª Constituição de Minas Gerais, insigne honra da minha carreira parlamentar, mormente se se considerar que os relatores das três outras Constituições mineiras foram Afonso Pena, Milton Campos e Tancredo Neves.

Volto a esta Casa com a experiência de muitos anos de Legislativo e de Executivo. Colocarei essa experiência - aliada a uma disposição incontida de trabalho - a serviço do meu Estado, da Assembléia Legislativa e da minha região do Vale do Rio Doce. Nesta Casa, irmanado com os meus pares, quero contribuir para a elevação do conceito deste Poder, um dos pilares da trilogia de Montesquieu.

Inspira-me o Cacique Seattle, quando, na sabedoria indígena, mostra que o homem não tece a teia da vida, nela é apenas um fio. Volto ao parlamento como apenas um fio da teia. Quero, com os colegas de todos os partidos, somar outros fios para que juntos formemos um tecido

forte, e a Casa onde trabalhamos seja cada vez mais respeitada pelo povo mineiro. Que cada um de nós forme colunas para estruturar aqui a morada permanente da transparência e da dignidade.

Sim, este é um Poder forte, indispensável em qualquer regime democrático do mundo, presente em qualquer esfera de governo e em todas as unidades da Federação. Mas, como todos os outros Poderes, deve ser exercido com moderação.

O poder, na expressão de Andrew Hamilton, pode ser comparado a um grande rio. Enquanto se mantém dentro de seus limites, é, ao mesmo tempo, bonito e útil; mas, quando transborda, torna-se impetuoso demais para ser controlado, levando tudo que vem no seu caminho, causando destruição e desolação onde quer que vá. Nosso Poder não pode transbordar: nem dos limites da norma que o define, a Constituição, nem da vontade de seu titular, o povo.

Na observância zelosa e diuturna desses princípios, seremos parlamentares dignos do povo que nos elegeu seu representante e verdadeiros cidadãos das Minas Gerais."

O Deputado Sebastião Navarro Vieira (em aparte) - Deputado Bonifácio Mourão, ouvindo o primeiro pronunciamento proferido nesta Casa após o seu retorno, congratulo-me com V. Exa. e com seus eleitores, responsáveis pela sua volta a esta Casa, após exercer dois mandatos e ter sido Prefeito de sua cidade, uma das mais importantes do Estado. Como relator da Constituinte mineira, V. Exa. destacou-se sobremaneira, demonstrando a Minas Gerais um dos aspectos de sua grande capacidade como homem público e governante, ou seja, a de saber escolher aqueles que o cercam. Naquela oportunidade, trouxe para assessorá-lo o Prof. Antônio Augusto Anastasia, que hoje é Secretário de Estado e braço direito do Governador Aécio Neves. Trouxe também, como sua assessora, a Profa. Maria Coeli Simões Pires, que também deve ocupar uma posição de relevo no Governo, e que marcou grande presença nesta Casa.

Além desses, havia o Prof. Menelick de Carvalho Júnior, que V.Exa. trouxe para assessorá-lo, como relator da Constituinte mineira. Por tudo o que V.Exa. representou nos dois mandatos que exerceu, pela memória que deixou nesta Casa, engrandecendo o parlamento mineiro, congratulo-me com os que o elegeram novamente, com esta Casa e com o povo mineiro, que pode contar com o Deputado Bonifácio Mourão. Tenho a certeza de que sua presença dará um sentido maior de transparência, de ética e de moralidade, de forma que o povo mineiro sinta orgulho deste parlamento. Muito obrigado.

O Deputado Bonifácio Mourão - Agradeço ao Deputado Sebastião Navarro, nosso particular amigo. Seu aparte nos honra. É um parlamentar que dignifica a região de Poços de Caldas e cuja família merece toda a nossa admiração. Não só o Deputado Sebastião Navarro, como o seu irmão, Paulo Navarro, que foi Secretário da Mesa desta Assembléia e nos ajudou muito nos trabalhos de relatoria da Constituição. Lembrou muito bem o Deputado Sebastião Navarro do atual Secretário de Planejamento do Governo Aécio Neves, Antônio Augusto Anastasia, um dos assessores da Constituição mineira. Na época, tinha 26 anos de idade, recém-formado e trabalhava no escritório de parenta minha. Veio para a Assembléia e brilhou tanto, que em pouco tempo se tornou Secretário Adjunto da Administração, Secretário do Planejamento e, mais tarde, Secretário-Geral do Ministério da Justiça. Hoje, está com toda a força neste Governo, conquistada através de seus méritos.

Havia também Maria Coeli, pessoa de quem gostamos e que acaba de brilhantemente defender tese na UFMG, na Faculdade de Direito. Ainda Menelick de Carvalho, emérito professor, e Paulo Neves de Carvalho, que tanto nos ajudou nos bons tempos de debate da quarta Constituição do nosso Estado.

A cidadania há de ser exercida por nós com devoção sacerdotal.

Simon Bolívar, no Congresso de 1821, na Colômbia, preferiu o título de cidadão ao de libertador, porque este emana da guerra; aquele emana das leis. Dizia: "Troquem-me todos os títulos pelo de bom cidadão".

O respeito às leis, obrigação de todos, é para nós um dever maior. Não pela situação em que vivemos, nem pelo grau de formação que temos, mas porque, pela nossa livre vontade, candidatamo-nos e o povo nos escolheu para ter como missão maior, em seu nome, legislar. Não percamos de vista essa orientação.

No discurso do centenário de morte de Voltaire, Victor Hugo advertiu: "Nunca nenhum sábio conseguirá abalar estes dois augustos pontos de apoio do trabalho social: a justiça e a esperança, e todos respeitarão o juiz, se for a encarnação da justiça, e todos hão de venerar o padre, se representar a esperança. Mas, se a magistratura se chamar a tortura, se a igreja se chamar a inquisição, a humanidade as encara, e diz ao juiz: "Não quero a tua lei"! E diz ao padre: "Não quero o teu dogma". Então, o filósofo, irritado, levanta-se e denuncia o juiz à justiça e o padre a Deus". E o Deputado que renegar esses princípios? Será denunciado ao povo.

Um trabalho árduo e penoso nos espera. Nesta legislatura, nossa disposição, coragem, lealdade e patriotismo serão postos à prova.

A economia do Estado está febril. A imprensa noticia o rombo que assusta o Governo. A dívida nominal acumulada beira R\$5.000.000.000,00. O débito total do Estado aproxima-se de R\$40.000.000.000,00. A evolução das despesas supera, em muito, a evolução das receitas. Somente a folha com pessoal passa de 70%. O Estado não consegue cumprir a LRF e as conseqüências são as mais graves. A receita corrente "per capita" é abaixo da média nacional e inferior à de Estados considerados mais pobres, a exemplo de Roraima, Amapá, Acre e Espírito Santo.

Por outro lado, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva reconhece a situação gravíssima do País e anuncia medidas duras e amargas, incluindo o aumento, para 4,25% do PIB, da meta de superávit primário e o corte de R\$14.000.000.000,00 do Orçamento deste ano. Defende a aprovação das reformas previdenciária, tributária e política. Que sejam urgentes e amplas.

O período é crítico, o desafio é grande. Não só para o Presidente Lula, mas para o povo brasileiro; não só para o Governador Aécio Neves, mas para o povo mineiro. E se é para o povo brasileiro e especialmente mineiro, é um desafio para esta Casa.

O Deputado Sebastião Helvécio (em aparte) - Caro Deputado Bonifácio Mourão, pretendia fazer minha primeira intervenção nesta 15ª Legislatura ocupando a Tribuna conforme V. Exa. o faz, com tanto discernimento. Mas confesso não resistir. Ao vê-lo pronunciar seu belo discurso, lembrei-me da nossa 11ª Legislatura, em que fizemos um trabalho muito proveitoso para o povo de Minas. Recordando aquela experiência que vivemos nesta Casa, a favor da Constituinte, e vendo o alerta que V. Exa. pronuncia sobre o grave momento que vive Minas Gerais, lembrei-me de que é exatamente no Parlamento que nascem as idéias que podem transformar a vida das populações. Hoje discute-se o grande problema previdenciário. Entre todas as nações, o sentimento que implantou a idéia de seguro é oriundo da proposta de Bismark, na Alemanha. Na Inglaterra, com William Beveridge, nasceu a noção da proteção social. Queria dizer isso porque critica-se muito a ação do parlamento, Poder que se manifesta basicamente pelas idéias, enquanto o Executivo tem as verbas para fazer seu assentamento, e o Judiciário tem a sentença para caracterizar a sua marca na sociedade. Apaixonado que sou pelo Parlamento, especialmente pelo de Minas, quero também, a exemplo do que fez o Deputado Sebastião Navarro Vieira, congratular-me e dizer da minha alegria de vê-lo nesta Tribuna honrando, mais uma vez, a nossa Casa e o povo mineiro. Muito obrigado.

O Deputado Bonifácio Mourão - Agradeço ao Deputado Sebastião Helvécio e recorro com muita alegria que, quando estávamos no honroso cargo de relator da Constituição, o Deputado Sebastião Helvécio era líder da nossa bancada do PMDB e deu contribuição singular e auspiciosa ao trabalho que desenvolvemos juntos na redação da Magna Carta. Agradeço especialmente este aparte pela amizade que nos une e pela sua contribuição. Haveremos de, juntos com todos os Deputados, participar de uma amizade muito sólida e de um trabalho muito profícuo para esta Casa e para este Estado.

Esse é o cenário com o qual nos deparamos ao iniciar nosso mandato. Vamos enfrentá-lo com paciência, com sacrifício, com compreensão e até com desgastes, se preciso for, desde que em nome de causas maiores, da redenção econômica, do desenvolvimento social e da geração de empregos.

Temos um timoneiro, o Governador Aécio Neves, que, nas primeiras ações, já demonstrou coragem e determinação; temos um povo trabalhador, laborioso e corajoso em Minas Gerais; temos uma terra rica e dádiosa. Não há por onde temer. Vamos vencer. Obrigado."

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, Deputado Rêmolo Aloise, demais componentes da Mesa, prezados Deputados e Deputadas, imprensa, funcionários desta Casa, cidadãos que nos visitam, mineiros que testemunham o trabalho do Legislativo pela competente transmissão da TV Assembleia, meus companheiros e companheiras, sem dúvida, é com muita emoção e com sentimento de enorme gratidão que tenho a oportunidade de ocupar pela primeira vez, na condição de Deputado Estadual, esta tribuna.

Reafirmo, neste momento, o nosso compromisso com o povo de Minas, com a nossa região, com aqueles que acreditaram em nós. Acima de tudo, quero reafirmar compromissos que aprendemos a construir ao longo de nossa história de vida, que se confundem com nossa origem de gente simples, do interior, da minha querida e pequenina cidade natal, São Tiago do Campo das Vertentes. Minha luta foi como a de tantos outros, que, como eu, vieram à procura de uma oportunidade de vida em Belo Horizonte. Aqui pude me formar, vindo de uma família numerosa em que aprendi que, com trabalho, com persistência e, acima de tudo, com muito respeito ao próximo e a Deus, podemos transformar em realidade os nossos sonhos.

Daqui partimos com alguma bagagem, e lá, no Centro-Oeste mineiro, na minha querida Divinópolis, fomos acolhidos e tivemos oportunidade de trabalhar com aquela gente. Pude consolidar uma história profissional, como médico veterinário, como produtor rural, como sindicalista e cooperativista, e aprender a importância do município, dos valores democráticos de uma Câmara de Vereadores, onde atuamos depois como Presidente, compreendendo a importância da tolerância e da convivência das idéias, muitas vezes antagônicas, mas fundamentais para a evolução e para o encontro daquilo que melhor representa o bem comum.

Depois, na condição de Prefeito, pude sentir de perto as dificuldades de quem recebe os reclamos da população e nem sempre tem condições de atendê-la da forma como o coração e a vontade determinam.

Por fim, cheguei aqui, trazendo comigo esses valores, alguma bagagem que possa ajudar-nos a contribuir para que a qualidade de vida dos mineiros melhore. E fiz isso baseado nesses mesmos valores que foram norteando minha história, tendo como princípio fundamental a honestidade, que é dever e mais do que simples prática no nosso dia-a-dia. Um representante público, um parlamentar ou mesmo aquele que ocupa uma função pública devem atuar permanentemente com transparência, com sua vida aberta à comunidade, clareza nas suas posições e jamais se omitindo quanto aquilo que é sua responsabilidade.

Não abro mão de princípios fundamentais como o da democracia, que, certamente, torna rica esta Casa, a qual traz as idéias, os pensamentos, não só de diversas regiões, mas também das mais diversas origens partidárias e ideológicas. Devemos estar disponíveis, não fazer do mandato jamais uma ocupação temporária e nos orgulharmos de ser políticos. Claro que adoro a minha profissão de médico veterinário. Por mais que seja difícil ser produtor rural de leite e de café, persisto nessa atividade, mas me orgulho de ser político. Jamais permitirei, uma vez que o povo mineiro colocou-me nesta Casa para representá-lo, que outras atividades de interesse pessoal ocupem meu tempo em detrimento de minha responsabilidade maior com esse mandato.

Assim, deixo bem claro para cada um dos companheiros, indiferentemente da posição partidária, e dos mineiros que porventura possam entender, que este Deputado será útil. O nosso gabinete nº 221 e o nosso telefone pessoal estarão à disposição, sem demagogia. Teremos sempre a franqueza de dizer "não" quando não encontrarmos outra forma para o que nos é proposto.

O Deputado Bonifácio Mourão (em aparte) - Não poderia deixar passar essa oportunidade. Fomos Prefeitos juntos. O companheiro Domingos Sávio era Prefeito de Divinópolis enquanto tinha a honra de ser o Prefeito de Governador Valadares. Tínhamos o fórum das 25 cidades-pólos de Minas Gerais. Além disso, nos encontramos vezes consecutivas em debates, procurando buscar soluções para os problemas angustiantes dos municípios mineiros. Em grande parte encontramos soluções importantes, exatamente porque levávamos a sério aqueles encontros que tínhamos. Via a sua luz brilhar naquelas oportunidades. Fizemos amizade e, hoje, para nossa alegria, estamos juntos nesta Casa.

Temos acompanhado atentamente o seu pronunciamento, primeiramente sobre a questão da honestidade, um dever que, na verdade, está se tornando raro neste planeta. Passou a ser uma vantagem a pessoa falar que é honesta. Acredito que é preciso ter a consciência de que não é vantagem alguma, mas um dever de cada um de nós ser honesto.

V. Exa. falou ao mesmo tempo da questão democrática e da honra de ser Deputado e político. V. Exa. se refere à política em alto nível.

Há pouco tempo eu lia uma carta no Encontro Episcopal de Minas, que dizia que a política é uma das formas mais sublimes de se fazer caridade. Isso é verdade. A política em alto nível é uma das formas mais sublimes de se fazer caridade. Temos inúmeras oportunidades de fazê-la, e a fazemos.

Quero, em resumo, dizer que temos grande honra de ser Deputados. Além disso, precisamos olhar nos olhos de cada um. Passamos por um vestibular pesado, que se chama votação. Em nome deste povo devemos ter orgulho de estar na Assembleia Legislativa e valorizá-la sobremaneira.

O Deputado Domingos Sávio - Muito obrigado, Deputado Bonifácio Mourão. De fato, V. Exa. me faz lembrar os nossos encontros no fórum das cidades-pólos de Minas Gerais, ocasião em que aprendi a admirá-lo. A sua experiência muito nos ajudará nesta Casa, porque é com esse espírito democrático que procuraremos somar, acima de tudo compreendendo que atividade política é missão de vida para a qual não devemos permitir que a vaidade, a intolerância e a intransigência possam nos conduzir.

E é com esse espírito de trabalhar por Minas Gerais que procuraremos somar com o nosso Governador Aécio Neves, os companheiros desta Casa, o nosso Presidente Mauri Torres, o 1º-Vice-Presidente Rêmolo Aloise e todos os membros da Mesa; enfim, procuraremos trabalhar juntos.

Quero, neste momento, trazer algumas considerações oportunas para este início de mandato. Sabemos que - e ontem já me manifestava em

um aparte sobre a UEMG à nobre Deputada do PT, Maria Tereza Lara - não podemos mais assistir a essa situação de forma pacífica. E temos absoluta consciência de que, trabalhando com espírito de solidariedade, como o Governador tem pregado e defendido, haveremos de encontrar alternativas sinceras e viáveis que possam de fato transformar a UEMG em uma realidade. Temos um compromisso com essa bandeira e queremos propor a criação de uma Comissão Especial, de um grupo de trabalho, reunindo os Deputados que compreendam a importância do ensino superior de qualidade e gratuito e somem conosco elementos que representem o Poder Executivo, para um estudo completo da situação. E que tenhamos também nesse grupo de trabalho a representação dos estudantes, dos professores e dos dirigentes de fundações, uma vez que a nossa UEMG, hoje, além de Belo Horizonte, alcança Campanha, Carangola, Diamantina, Divinópolis, Ituiutaba, Lavras, Passos, Patos de Minas e Varginha. São cidades fundamentais, que possuem uma importância pólo em toda a Minas Gerais. Em cima de um trabalho sincero, com os pés no chão, poderemos apresentar uma proposta para que a UEMG deixe de ser uma utopia e passe, de fato, a ser uma realidade de desenvolvimento e de oportunidade de ensino para o nosso povo.

Gostaria também de buscar uma ação conjugada, com os meus companheiros Deputados e minhas companheiras Deputadas que foram votados no Centro-Oeste mineiro, de onde venho, com a maior votação concedida a um candidato a Deputado Estadual na região. Temos um projeto fantástico, apresentado ao Governador Aécio Neves, do qual recebeu os maiores elogios. Foi apresentado também ao Presidente Lula, que se manifestou de forma clara como um entusiasta dessa idéia de desenvolvimento regional integrado, chegando mesmo a pregar, em outros comícios ao longo do Brasil, ter visto em Divinópolis um projeto que acreditava deveria ser estendido a todo o País. Trata-se do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Centro-Oeste Mineiro - PRODESCOM. Uma proposta que reúne Prefeituras, entidades não governamentais e associações comerciais, para que, de maneira planejada e integrada, somando-se os esforços dos municípios, do Estado, da União e da iniciativa privada, tenhamos uma melhor qualidade de vida para o nosso povo. Nesse sentido, estarei encaminhando - e peço poder fazê-lo com o apoio dos nossos companheiros do Centro-Oeste mineiro e dos demais Deputados - uma proposição, mediante a qual solicitamos a realização de uma audiência pública nessa região, para que possamos discutir o que há de concreto em relação ao PRODESCOM.

O Deputado Neider Moreira (em aparte) - Gostaria de externar a minha solidariedade em relação ao PRODESCOM, como representante também do Centro-Oeste mineiro, de onde venho com 90% dos votos a mim concedidos. Trata-se de um projeto para muitas pessoas - para nós, parlamentares, representantes da região, para o Governo do Estado, o Governo Federal e os municípios que precisam se ajeitar dentro do contexto do programa, do qual participam 77 cidades, que têm realizado reuniões periódicas para tornar real o que hoje é um projeto virtual, mas absolutamente necessário ao desenvolvimento sustentável do Centro-Oeste.

Agradeço o aparte.

O Deputado Domingos Sávio - Agradeço ao Deputado Neider, que, com sua experiência de ex-parlamentar municipal, Vereador competente em Itaúna, somará, com certeza, muito conosco nessa proposição.

O Deputado Fábio Avelar (em aparte)* - Não poderia me furtar do prazer de me dirigir a V.Exa e dizer da satisfação desta Casa de recebê-lo aqui como Deputado Estadual. Já tivemos o privilégio de conhecê-lo e acompanhar seu trabalho junto àquela progressista cidade de Divinópolis. Nossas palavras são no sentido de cumprimentá-lo como um digno representante da mencionada região. Com certeza, sua presença engrandecerá a Assembléia Legislativa de Minas Gerais. Muito obrigado. Felicidades nesse novo mandato que se inicia.

O Deputado Domingos Sávio - Muito obrigado, Deputado Fábio Avelar.

Fico feliz de ouvir sua manifestação. Isso me faz ter a certeza de que teremos uma convivência fraternal e profícua na busca do melhor para Minas Gerais.

Tive duas experiências partidárias gratificantes em minha vida: a honra de ser fundador do PT e do PSDB.

Ouvindo o Deputado Fábio Avelar, hoje membro do PTB, tenho certeza de que teria uma convivência fraternal e respeitosa com cada um dos Srs. Deputados e Deputadas, para que juntos ofereçamos o que temos de melhor para Minas Gerais. Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Adalclever Lopes - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros mineiros, ocupo hoje esta tribuna por dois motivos: o reconhecimento e o agradecimento.

Gostaria de relatar o acontecimento ocorrido na noite do dia 15 para 16/1/2003. O aumento do volume pluviométrico acarretou a elevação do nível fluvial das cabeceiras e encostas do córrego São João e rio Caratinga, que cortam as cidades de Santa Bárbara, Santa Rita de Minas, Caratinga, Inhapim e Ubaporanga, ocasionando o transbordar das águas sobre ruas, avenidas, travessas e vilas, afetando, principalmente, a região central, em que se concentra a maioria das atividades comerciais dos municípios.

Várias ocorrências foram registradas em Caratinga: 6.800 pessoas desalojadas, 433 pessoas desabrigadas, 80 casas destruídas, 86 casas condenadas, 120 deslizamentos de terra, 13 ruas interditadas, 38 ruas parcialmente destruídas. Foram registradas cinco vítimas fatais, entre elas uma menina de apenas dois anos, cujo pai não teve forças para salvar diante da violência das águas.

Ocorreram danos e impactos no setor produtivo. O comércio representa 77% dos empreendimentos existentes em Caratinga e, hoje, emprega cerca de 8.000 pessoas. O número de empresas atingidas pela tragédia é de 456 estabelecimentos, sendo a grande maioria microempresas e de pequeno porte.

O prejuízo contabilizado representa 18,5% do PIB da cidade de Caratinga no ano de 2002. Em apenas 2 horas foi destruído o equivalente a dois meses de toda atividade econômica da cidade. Apenas em uma das avenidas, a Avenida Olegário Maciel, foram atingidos 120 estabelecimentos comerciais. Dos 8 mil empregos diretos gerados pelo comércio, estima-se que 2.720 empregos estiveram ameaçados em consequência da atual situação do setor.

Algumas providências foram tomadas por nós. Logo na manhã da tragédia, no dia 16, fomos imediatamente atendidos pelo Sr. Secretário de Governo e Casa Civil, Deputado Federal Danilo de Castro, que acionou o Cel. James, Chefe do Gabinete Militar do Governador. Foram tomadas providências pelo CEDEC e Secretarias de Governo, que forneceram vigas metálicas, cestas básicas, vestuários, etc.

As vigas metálicas tiraram do isolamento dois municípios, Entre-Folhas e Vargem Alegre, e dois distritos, São Cândido e Cordeiros. A ponte foi construída em mutirão, sob a coordenação dos engenheiros do DER. Com isso, mais de 200 produtores rurais puderam entregar sua produção.

Novamente, no dia 24/1/2003, oferecemos ao Governador alternativas, em expediente conjunto com o Deputado Leonardo Quintão e o

Deputado Federal Mauro Lopes, pleiteando medida normativa para o atendimento aos atingidos pelo FUNDESE, através de uma linha de crédito do BDMG.

No dia 4/2/2003, recebidos em audiência pelo Governador do Estado, juntamente com o Deputado Leonardo Quintão e representantes de segmentos da sociedade da região, foram reafirmados os pleitos, o Governador garantiu o atendimento e agendou imediata visita à região atingida.

Logo depois, no dia 7/2/2003, o Governador visita Caratinga e anuncia a criação do programa FUNDESE-Minas solidária, emergencial, assinando os Decretos nºs 43.174 e 43.175.

No dia 11/2/2003, acompanhamos a visita do Gerente de Programas do BDMG, Plínio, que realizou reunião com empresários locais.

Apesar da ocorrência de forças que buscaram o retardamento da ida dos técnicos do BDMG a Caratinga, nossa grande preocupação era viabilizar, o mais rápido possível, as operações, tendo em vista a escassez de recursos para atender a 33 cidades que tiveram calamidade pública reconhecida pelos órgãos de Defesa Civil.

Li um editorial em que o Presidente da Academia Mineira de Letras, Murilo Badaró, dizia que nunca é demais lembrar o que disse Padre Antônio Vieira no famoso sermão da Sexagésima: "Palavras sem obras são como tiro sem bala; atroam, mas não ferem".

Caros Deputados, o que nos impressionou foi a quantidade de medidas imediatas tomadas pelo Governador mostrando a eficiência, rapidez e muita solidariedade. Todas as forças políticas se concentraram em levar para a região o máximo de benefícios possível, pois acima das convicções ideológicas estava a convergência e a força da solidariedade.

Nesse grave momento o que mais se viu foi o quanto as pessoas são solidárias; a quantidade de alimentos arrecadados e enviados àquela região mostra o desprendimento e o amor ao próximo.

Já dizia Isaac B. Singer, polonês, Prêmio Nobel de Literatura: "Às vezes, o amor é mais forte que as convicções de um homem".

Por isso, agradeço ao Governador por seu amor a Minas e, especialmente, ao Leste mineiro que hoje começa a se recuperar graças à força de seu povo e às medidas tomadas imediatamente pelo Executivo mineiro.

O comércio de Caratinga, de Inhapim, de Santa Bárbara do Leste e Santa Rita de Minas e Ubaporanga começam a reagir, pois a saúde de um município está na força de sua economia.

Já dizia um político e orador romano que nascera à mais de 100 anos antes de Cristo, Cícero, "que o bem estar do povo seja a Lei Suprema".

O Deputado Leonardo Quintão (em aparte) - Deputado Adalclever Lopes, Srs. Deputados, quando, logo após as chuvas, fui a Caratinga, aquela cidade parecia uma cidade-fantasma, em que o povo caminhava de cabeça baixa, sem direção. Isso me deu grande vontade de trabalhar para ajudar. Veio-me a pergunta: o que pode fazer um Deputado nessa situação? Muitas vezes, o Deputado não tem os recursos necessários ou a caneta na mão para tomar a decisão de mandar os recursos para suprir as necessidades imediatas, que eram, primeiro, o alimento e, depois, a maneira de restabelecer o comércio.

Fiquei muito triste ao ver as atividades da empresa Nutrícia paralisadas. Não houve a coleta do leite de quase mil pequenos produtores de Caratinga, pois a ponte havia caído. Funcionários ficaram de braços cruzados, produtores rurais não entregaram o leite e viram-se sem condições de manter as famílias. Deputados podem levar as necessidades imediatas do povo às Secretarias. Portanto, senti-me útil, pois fui à Secretaria com o Deputado Mauro Lopes pedir as vigas, liberadas por Agostinho Patrús. Foi o primeiro ofício despachado pela Secretaria.

Parabenizo V. Exa. por ter tomado as decisões necessárias, e disponibilizando o financiamento para os comerciantes. Quando chegam as chuvas, o comércio sofre. O que podem fazer, então, os comerciantes? O Governador Aécio Neves liberou R\$ 10.000.000,00 para a reconstrução do comércio de Caratinga. Fico feliz por ser Deputado e ajudar a reconstruir essa cidade. Muito obrigado.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Faço coro com V. Exa. Parabéns pelo trabalho em Caratinga. É importante reconhecermos o trabalho do Governador Aécio Neves no período difícil por que passou Minas Gerais, diferentemente das medidas tomadas no último Governo por ocasião das chuvas de 2001. No ano passado, após as chuvas, algumas cidades do Norte de Minas, como Jaíba, foram prejudicadas com a queda de várias residências. A Coordenadoria de Defesa Civil atendeu prontamente a população. Mas houve o drama das chuvas e o do Governador Itamar Franco. Fez projetos de reconstrução de casas e assinou convênios com Prefeitos, que, infelizmente, não foram cumpridos.

A construção de algumas casas foi reiniciada, e as famílias, imbuídas do sentimento de solidariedade, viram algumas de suas paredes serem levantadas, mas até hoje essas casas dos municípios norte-mineiros encontram-se inacabadas.

O pior é que, no final do Governo, extinguíram-se os convênios e agora a Secretaria de Habitação está cobrando a conclusão do projeto, ou seja, quer que os municípios prestem contas de um projeto para o qual não foram repassados os recursos.

Estamos confiantes de que o Governo Aécio Neves tem personalidade e aplaudimos a atitude do Governador em determinar a assinatura de convênios, apenas mediante a garantia dos recursos orçamentários, a fim de evitar o calote dado nas Prefeituras no ano passado. Amanhã farei um pronunciamento mostrando o descaso das diversas Secretarias de Minas Gerais.

Deputado, parabéns pelo seu trabalho. Continue cobrando, pois temos certeza de que Aécio não dará calote, como fez o Governo passado.

O Deputado Adalclever Lopes - Obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, Srs. e Sras. Deputadas, estamos iniciando nova legislatura e, com toda certeza, renova-se a esperança de termos um Poder Legislativo mais transparente e comprometido com os interesses de Minas Gerais e com a ética.

A Assembléia, nos dois últimos anos, passou por grande turbulência, devido às denúncias de nepotismo, salários altos, contratação exagerada para cargos de recrutamento amplo e de não ter legislado, como deveria, permitindo que a maioria dos projetos aprovados fossem de iniciativa do Executivo.

Ao analisarmos as 63 medidas provisórias do Governo Aécio Neves, a despeito de termos aqui tantos Deputados novos, em cujos discursos vemos tanto vigor e força, a nossa esperança esvai-se, pois elas vêm na contramão do nosso sentimento e do povo que representamos. Se quiséssemos voltar a um tempo distante, 1964, poderíamos dizer que são os 63 atos institucionais do Governo.

Para que se tenha uma idéia, em toda a história de Minas Gerais, tivemos até hoje 48 leis delegadas. Já o Governo Aécio consegue chegar à Lei Delegada nº 111, tirando-nos a idéia de que tínhamos conquistado nas urnas, no dia 6 de outubro, a ampliação da prerrogativa do Poder Legislativo.

Mesmo com esse exagero de leis delegadas e com essa subtração de funções do Poder Legislativo, quando estudamos e analisamos atentamente algumas dessas leis, ficamos ainda mais admirados ao percebermos como este Governo começa mal e como esta legislatura se inicia marcada pelo autoritarismo e pelo abuso do Poder Executivo.

O art. 72 da Constituição Estadual é claro ao estabelecer que não pode ser objeto de lei delegada a organização dos Poderes e dos órgãos, como o Ministério Público e o Tribunal de Contas. Estabelece ainda que a lei delegada não pode modificar a Constituição, muito menos uma lei complementar. Quando nos deparamos com o art. 14, § 8º, da Constituição Estadual, que estabelece que a lei delegada não pode dispor da criação, da extinção e da transformação de órgãos e entidades da administração indireta, percebemos que todas as 63 MPs ou os atos institucionais promulgados pelo Governador Aécio Neves se confrontam e enfrentam essas duas medidas da Constituição. A Lei Delegada nº 49 modifica a Lei Orgânica da Polícia Civil, que é uma lei complementar. A Lei Delegada nº 51, que, para alguns pode parecer boa idéia, modifica a Constituição Estadual. Não sei se por infelicidade minha, medida provisória do Governador altera exatamente a Emenda à Constituição nº 39, de nossa autoria, que trata do Corpo de Bombeiros.

Os absurdos não param por aí. No DER, cargos foram transformados por meio de lei delegada. O IPSEMG, também por lei delegada, teve sua estrutura alterada. Fizemos um estudo sobre a constitucionalidade das leis delegadas e estamos agora analisando o seu impacto financeiro. Alegaram que houve economia de R\$20.000.000,00 durante um ano, contra um déficit, que começou no Governo Eduardo Azeredo, de R\$2.400.000.000,00. Na verdade, a estrutura do IPSEMG ficou mais cara. É falacioso o discurso relativo à economia pronunciado pelo Governador. Os cargos de recrutamento limitado do IPSEMG foram transformados em amplo e limitado, que poderão ser preenchidos por qualquer servidor da administração direta. O IPSEMG está sob intervenção. Estão gastando o dinheiro da saúde e da assistência previdenciária do servidor por meio da Lei Complementar nº 64? Mas o IPSEMG está com uma estrutura mais cara.

Nos próximos dias, teremos o estudo relativo ao impacto financeiro provocado pela lei delegada, da Secretaria da Fazenda e constataremos a falácia do discurso do Governador. Apresentamos um projeto de resolução para revogar as leis delegadas.

Há outra pérola que o governante de plantão realizou no Estado. Editou as Leis Delegadas nºs 110 e 111 depois de vencido o prazo concedido pela Assembléia, em 1º de fevereiro. Não houve nem zelo para disfarçar esse ato.

Além do mais, quatro anexos: um, de 4 de fevereiro, que retificou a Lei Delegada nº 68; outro, de 5 de fevereiro, que corrigiu a Lei Delegada nº 109 e o de 6 de fevereiro, que tratou da Lei Delegada nº 100, que foi retificada, extrapolando, então, a competência dada pela Assembléia. Estamos vendo a quebra da autonomia dos Poderes. Temos um Governador que acha o Poder Legislativo cada vez mais descartável e age de forma autoritária. Minas vive um estado de exceção graças ao "governante de plantão". Infelizmente, ruim para Minas, ruim para o Poder Legislativo e péssimo para o princípio democrático. Obrigado.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, Srs. Deputados - e agora temos de frisar bastante "Sras. Deputadas", porque elas ocuparam espaço, legítimo e justo, neste parlamento -, senhoras e senhores, ocupo a tribuna, aproveitando esta primeira fala para saudar todos os novos nobres Deputados que, legítima e democraticamente, foram conduzidos a esta Casa para representar o povo mineiro. Sentimo-nos honrados e felizes por contar com sua presença.

Parlamento é isso mesmo. É sempre suposta a existência do contraditório, e só existe parlamento na medida em que as idéias sejam confrontadas, cada um defendendo aquelas de que tem convicção. A partir daí, em um determinado momento, as convicções são definidas no voto.

Se voltarmos na história, perceberemos que todo o desenvolvimento inglês, que levou a Inglaterra a se transformar em uma potência, foi a partir da reforma política e da implantação do parlamento. O parlamento é o ambiente propício para o debate das idéias, para as discussões, para que se estabeleça verdadeiramente o contraditório. Isso faz parte do regime democrático.

Percebemos nesta nova legislatura, como é comum acontecer, o parlamento, pouco a pouco, ocupar seu espaço. Temos a Maioria, a Minoria, os partidos que são de apoio ao Governo e os que se opõem a ele. O papel da Oposição é democrático e necessário para a democracia. Sem oposição a sociedade corre um sério risco de ver uma série de medidas contrárias à sua vontade implantadas por não ter havido quem as contestasse, quem se opusesse a elas. Ainda que a Oposição seja derrotada, ela cumpre o seu papel de alertar a sociedade, de fazer a discussão.

A primeira discussão que estamos enfrentando foi trazida aqui pelo Deputado que me antecedeu nesta tribuna e diz respeito à lei delegada. Uma lei delegada é bem diferente de uma medida provisória. Se o parlamento conceder delegação legislativa, o Executivo poderá usá-la. Se o parlamento negar, o Executivo não poderá utilizar-se desse instrumento.

Não há nenhum regime de exceção, nenhum ato institucional. Ao contrário, este Poder Legislativo, democraticamente, regimentalmente, observando toda a tramitação, delegou ao Poder Executivo a competência para, sob determinadas normas e regras, em determinado período, realizar a sua reforma. Eu diria uma mini-reforma administrativa, uma vez que determinados órgãos não podem ser modificados por essa delegação. Não estamos falando aqui em ato institucional, em medida provisória.

Estamos falando de uma delegação aprovada democraticamente neste Plenário. Se foi delegado, foi delegado ao Poder Executivo. Era o Governador Itamar Franco, não era ainda o Governador Aécio Neves. Delegou-se ao Poder Executivo a realização de uma reforma de sua estrutura.

O número dessas leis não quer dizer que seja bom ou ruim. Se foram 63, poderiam ter sido 520, ou 10, ou 30. Não é o mais importante. Isso não determina se é bom ou se é ruim. Temos de observar os resultados que serão produzidos para a sociedade. Essa é a pergunta que temos de fazer. Temos de perguntar em que condição foi encontrado o Governo de Minas. Estruturas se sobrepondo, disputa entre órgãos, vários deles fazendo a mesma coisa.

Há uma proposta claramente definida de otimizar esforço humano e recurso humano, recurso público, recurso financeiro. O que se procurou foi isso. O que se procurou foi dar mais agilidade ao Poder Executivo, à administração pública estadual. O que se procurou foi reduzir custos. Porém, a redução de custos não foi necessariamente a principal meta alcançada. Alcançar o nível administrativo capaz de produzir os

resultados que o povo mineiro espera, isso, sim, foi buscado. É possível até que alguns erros tenham sido cometidos, pois somente Deus é infalível. Este é o papel do parlamento: se exorbitaram do poder, do prazo, por exemplo, esta Casa poderá perfeitamente discutir. Faz parte do estado de direito, do regime democrático. Existe Poder Legislativo, existe Poder Judiciário. Não é um parlamentar que dirá se é ou não constitucional. Há um conjunto de leis, há o Poder Judiciário, e há instâncias no próprio Poder Legislativo, como a Comissão de Constituição e Justiça. Ou seja, existem mecanismos para correção dos excessos que porventura tenham sido praticados.

A Deputada Maria José Haueisen (em aparte) - Muito obrigada, Deputado Miguel Martini e Deputado Alberto Bejani, por me permitir falar primeiro. Acabamos de escutar, ainda há pouco, um pronunciamento muito bonito do Deputado Bonifácio Mourão. Ele citou o filósofo que falou sobre as águas do rio. Quando estão dentro de seu leito, exercem papel importante para a humanidade. Criam vida, dão vigor à natureza. Quando as águas do rio extrapolam suas margens, causam desastre, morte e destruição. As palavras do Deputado Bonifácio Mourão não foram essas, mas é esse o sentido do pensamento. Achei muito bonito.

Quero lembrar ao Deputado Miguel Martini que a Assembléia Legislativa votou, na sua maioria, a favor da lei delegada. A delegação legislativa permitia ao Governador criar leis e fazer modificações num período, parece-me que de 1º até 31 de janeiro. O jornal publicou até 6 de janeiro leis, mudanças, novidades que o Governador ousou fazer. Quer dizer, extrapolou. Temos um poder. Nosso poder também tem limite. Não estamos acima da Constituição mineira, tampouco acima da Constituição Federal. Então, não poderíamos dar ao Governador Aécio Neves poderes superiores aos das Constituições Estadual e Federal.

Ele, que foi Presidente da Câmara Federal, está ciente disso. Então, quando extrapola, desrespeitando as Constituições Federal e Estadual, desrespeita também o poder, que nós, da Assembléia Legislativa, concedemos para que fossem feitas as mudanças necessárias. Com relação à economia, ainda tenho algumas dúvidas, ou seja, se o que fez foi economizar para o Estado ou apenas remanejar recursos de acordo com seus interesses futuros. Lamentamos que o Governador Aécio Neves não tenha respeitado o poder que lhe foi concedido.

O Deputado Miguel Martini - Deputada Maria José Haueisen, obrigado pelo aparte. Aquilo que extrapolar a delegação será revisto. Há um processo de identificação desse fato: não podemos pressupor, porque existem outros técnicos competentes que podem avaliar isso. No caso de dúvidas, temos de recorrer às instâncias competentes para dirimi-las. Estamos defendendo o objetivo dessa delegação concedida ao Governador. A celeridade foi pedida em razão disso: quanto mais rapidamente essas modificações da estrutura forem implementadas, mais rapidamente os resultados serão alcançados.

V. Exa. disse não ter certeza de que haverá economia. A redução do custo é clara e óbvia: se existiam 22 Secretarias e foram reduzidas para 17, alguma economia haverá. A determinação do Governador de reduzir em 20% o custo de recrutamento amplo nessas Secretarias também resultará em economia. Mas isso não é o mais importante, porque dar maior agilidade ao poder público para responder às demandas da sociedade é o principal objetivo a ser alcançado.

Temos de avaliar se todas as medidas estão realmente dando maior agilidade às questões relativas aos problemas do povo mineiro; a seus direitos e ao que espera. Se a legislação for extrapolada, faremos as correções, mas o espírito continuará. Queremos dar ao Poder Executivo uma estrutura capaz de corresponder aos anseios da sociedade.

O Deputado Alberto Bejani (em aparte) - Muito obrigado, Deputado Miguel Martini. Aproveito esta oportunidade para saudar os novos colegas que chegam a esta Casa, desejando que todos sejam abençoados pelo Pai maior.

Estou ficando preocupado. Em Minas Gerais, estamos acompanhando atentamente não só o trabalho do Governador Aécio Neves, mas também o do Presidente da República, porque é o Presidente de todos os brasileiros. Estamos pedindo que Luiz Inácio Lula da Silva faça a melhor administração que o Brasil já teve, pois hoje não é mais PT, mas Brasil. Estou estranhando que o PT, sempre tão racional em Minas, que tem cabeças brilhantes, comece a mostrar a intenção de obstruir o andar mais rápido do Governo de Minas, impedindo a estabilidade econômica no Estado. Lamento, porque entendo - e peço a Deus que outros também assim o entendam, e acredito que assim será - que se Minas der certo contribuirá para que o Brasil dê certo. Nunca teremos um Governo administrado - repito, que Deus permita - com brilhantismo pelo Presidente Lula, que poderá dizer que o Brasil deu certo, se os Estados não estiverem com as suas economias estabilizadas.

Portanto - e quem sou eu para dar conselho às cabeças brilhantes do PT, pessoas letradas e experientes -, a sugestão deste humilde Deputado, que tem a honra de aprender e muito com vocês, no segundo mandato, é a de que facilitem, a fim de que possamos saber que amanhã a saúde em Minas estará brilhante, mineiros terão segurança, empregos estarão surgindo com novas indústrias, o comércio estará ativo. O Estado esteve paralisado durante alguns anos pela incompetência administrativa. Agora não.

Temos um jovem enxergando o futuro, que precisa fazer um governo brilhante. Fica uma sugestão aos amigos do PT, que é um partido sério, de cabeças brilhantes. Partido que tem o Durval Ângelo, homem letrado, que conhece, de trás para a frente, as Constituições Estadual e Federal, que sabe o significado da lei delegada e da Lei de Responsabilidade Fiscal, assim como a Lei de Licitações. Há outros nomes importantes no PT. Vamos juntos lutar para que o Brasil dê certo. Para isso, precisamos da vitória de Lula e de Aécio. Muito obrigado.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Gostaria de somar-me a V.Exa., quando deixa bem claro a diferença entre lei delegada e medidas provisórias, os reais objetivos dessa lei delegada, e os motivos de sua aprovação nesta Casa. Mais que isso, trago alguns exemplos concretos - ainda que minúsculos -, neste grande universo da administração pública.

Quando administramos Divinópolis, encontramos uma cidade com 13 secretarias e reduzimos esse número para 5. Naquela ocasião, tivemos o apoio unânime do PT. Tudo dentro do princípio da moralidade e probidade com a coisa pública. Vemos aqui os alunos da escola de música, que nem sequer possuem salas para estudar. Vamos teimar em querer que o Estado continue inchado, com milhares de cargos de livre nomeação? O que o Governador Aécio Neves fez e está fazendo é prestar grande serviço a Minas Gerais; é dar exemplo ao Brasil, enxugando e agilizando a estrutura pública, melhorando a qualidade e eficiência dos serviços prestados. Portanto, é um absurdo. Fazer oposição, como V. Exa. afirma, é legítimo e democrático. Mas desconhecer o que é de interesse público? Seremos, acima de tudo, prudentes. A lei delegada permitiu ao Governador, de maneira clara, reorganizar o Estado, buscando a redução de custos e tornando a sua estrutura mais funcional. Diante disso, aplaudo, não apenas a defesa que V. Exa. faz, mas a iniciativa do Governador. Acredito que, desse modo, reduziremos o custo da folha de pagamento sem prejuízo para o funcionário público, os custos indiretos e as mordomias. Assim, teremos dinheiro para aplicar na educação e na saúde. É isso o que estou entendendo como objetivo principal. Comungo com V. Exa. e reitero que precisamos nos unir naquilo que for bom para Minas. Não apenas no discurso. Se é bom para Minas, iremos apoiar. Caso contrário, faremos oposição. Enxugar a máquina administrativa, reduzir cargos de livre nomeação - isso não é bom para Minas? É óbvio. Sempre foi defendido pelas cabeças mais brilhantes, que apoiam um governo plural e justo, que tenha as questões sociais como prioridade, e não os interesses mesquinhos de minorias. Não tenho dúvidas de que a lei delegada está prestando grande serviço, na medida em que possibilitou uma reforma adequada. Ou, pelo menos, o início de uma reforma para nosso Estado. Muito obrigado.

O Deputado Miguel Martini - Ouvi que o atual Governo começa desrespeitando o parlamento mineiro. Na história de Minas Gerais não houve e não haverá, pelos sinais demonstrados pelo Governador, alguém que respeitou e respeitará tanto o Poder Legislativo como Aécio Neves.

Lembro-me de que o Governo que acaba de sair nem recebia parlamentares. Recentemente foi pedida audiência ao Governador e,

independentemente de ser Oposição ou Situação, havia demanda interessante para o povo. Essa comissão foi recebida e respeitada por ser formada de parlamentares. Neste novo tempo é precipitado qualquer julgamento no sentido de tentar impingir ao Governador Aécio Neves a marca de não democrata ou de quem não respeita o parlamento. Estamos apenas começando, e o Governador tem quatro mandatos como Deputado Federal, foi Presidente da Câmara dos Deputados e respeita este parlamento, tem consciência da importância do seu papel e da ajuda que dará estando no Governo. Temos apenas que discordar e dizer mais uma vez que o papel da Oposição é esse mesmo, apresentar o contraditório. Mas é preciso que façamos análise mais serena para avaliar o que realmente é importante para o povo mineiro. Muito obrigado.

O Deputado Doutor Viana - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores das galerias, imprensa, funcionários desta Casa, telespectadores da TV Assembléia, três assuntos trazem-me a esta tribuna. Inicialmente, agradeço a Deus, por estar em meu segundo mandato na condição de Deputado, aos eleitores presentes em mais de 500 municípios mineiros, que depositaram sua confiança em minha pessoa, e, principalmente, aos daqueles municípios onde tive votação majoritária. Não os decepcionarei, continuarei neste mandato, lutando pelas causas dos mais necessitados, apoiando e apresentando projetos de interesse do povo mineiro. Buscarei melhorias para a saúde, defenderei a educação de qualidade, procurarei levar o esporte a todas as camadas sociais, combaterei as drogas, promoverei maior integração do turismo com a sociedade e lutarei pelos direitos do funcionalismo público e por tantos outros direitos do cidadão indefeso. A todos os meus pares, as boas-vindas, principalmente aos de primeiro mandato. Coloco-me à disposição de todos para auxiliá-los no que for possível e também crescer no conhecimento de cada um.

Creio que o espírito de união deve prevalecer sempre nesta Casa Legislativa. Afinal de contas, estamos aqui com um único objetivo: promover o bem-estar da população de Minas Gerais.

Convoco todos os colegas a se engajarem numa tarefa única e premente: o fortalecimento do Poder Legislativo, que deve cumprir o seu papel legislador, pois, apesar da independência entre os Poderes, em nome do povo mineiro, devemos trabalhar em parceria com o Executivo e o Judiciário.

Em segundo lugar, dirijo minhas palavras aos funcionários efetivos e do Grupo de Execução desta Assembléia Legislativa. Chamo a atenção dos meus pares sobre assunto que envolve esses funcionários.

No início de 2002, os referidos servidores foram convidados a debater, em seminário, o aprimoramento de suas carreiras, e, findos os trabalhos, na época, restaram algumas questões para serem regulamentadas em deliberação posterior.

No final de 2002, foi apresentada pela Mesa a Deliberação nº 2.327, que, além de regulamentar a Resolução nº 5.203, que definiu o que foi discutido no seminário, também alterou o plano de carreira, o que normalmente seria feito por outra resolução e que não foi anteriormente acordado com o funcionalismo.

A citada deliberação, em seu art. 7º, inciso II, alínea "d", instituiu, no segundo ano do período aquisitivo, a premiação por "performance", o que subjetivamente exclui, "a priori", cerca de 50% dos servidores aptos a progredir na carreira. Ou seja, a premiação por "performance" gerou um clima de animosidade entre aqueles que teriam direito aos benefícios da carreira nos moldes anteriores, além de causar ansiedade entre os Gerentes de área, que terão de optar - de maneira subjetiva - pela promoção de alguns funcionários, em detrimento de outros.

Desejo ressaltar para os nobres colegas que a justiça deve ser feita para os servidores, que pleiteiam a exclusão da alínea "d". Outras alíneas do mesmo artigo, tais como as que tratam de avaliação individual de desempenho, aprimoramento profissional, resultado setorial, apuração de frequência, conduta disciplinar, são extremamente importantes para a promoção. Em toda a deliberação, o único tópico polêmico é a premiação por "performance", que - volto a afirmar - é completamente subjetiva. O funcionário deve ser avaliado 100% pelo seu valor profissional, sem discriminação prévia. Promoção não é aumento, é conquista prevista na Constituição. Atualmente, a folha de pagamento de pessoal da ALMG, conforme disponível para consulta no site da Assembléia, está abaixo do previsto pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

A Assembléia Legislativa de Minas Gerais, que aprovou recentemente os planos de carreira do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Contas - dos quais fui relator à época -, muito bem aceitos por todos, em momento algum cogitou a inclusão dessa premiação por "performance" nos referidos planos.

Peço e aguardo que a nova Mesa Diretora da Assembléia analise com carinho a solicitação dos funcionários, para que futuramente todos possam ser promovidos com justiça, pois uma deliberação 'subjetiva' pode gerar prejuízos.

Estive na última reunião em que os funcionários levaram suas reivindicações ao Presidente Mauri Torres, que ficou de avaliá-las e, posteriormente, posicionar-se a respeito.

Espero que o Presidente e a Mesa Diretora consigam atender aos justos e reais interesses dos nossos valorosos e competentes servidores.

Deixo uma citação. Houve na Casa uma reunião dos funcionários com os representantes na segunda-feira. Por coincidência, na terça-feira publicou-se no "Minas Gerais" o artigo "Judiciário de Minas reduz despesas", onde encontramos que o Presidente do Tribunal de Justiça, numa reunião com o Governador Aécio Neves e o próprio Presidente da Assembléia, Mauri Torres, destacou a importância do diálogo entre os Poderes e discriminou a forma como está sendo feito o enxugamento das despesas no Judiciário mineiro, tais como: corte de horas extras; corte do número de terceirizados - não mais serão preenchidas vagas na área de apoio administrativo; proibição de ligações de telefones fixos para celular e vice-versa e ligações interurbanas; otimização de serviços de correios por meio de malotes; defesa do fim do apostilamento e, como um ponto muito importante, o investimento na carreira do servidor. Isso não é gasto, é investimento, lucro, vantagem e crescimento para o servidor do Poder.

Então, aguardamos do nosso Presidente também esse comprometimento.

Sr. Presidente, quero também antecipar minhas homenagens por meio de dois requerimentos apresentados nesta Casa. O primeiro objetiva homenagear o Município de Augusto de Lima, um dos que compõem a minha base eleitoral majoritária e completa 40 anos de emancipação política no próximo dia 1º de março. Reafirmo o meu trabalho de parceria com a administração municipal, a Câmara de Vereadores e demais lideranças, em prol de melhorias para a população augustolimensense. O município, que se localiza na Zona do Médio Rio das Velhas, além de ter extraordinário potencial turístico também extrai recursos da pecuária, do beneficiamento de quartzo, da indústria têxtil, entre outras fontes.

Apresentei outro requerimento felicitando a Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Corinto-ACIAC-, que, no próximo dia 22 de fevereiro, completará 45 anos de fundação. Trata-se de associação de extrema importância para aquela cidade, parceira do SEBRAE, FEDERAMINAS e da Prefeitura Municipal de Corinto, em busca do desenvolvimento e progresso do lugar. A ACIAC oferece tanto serviços de consultoria e proteção ao crédito quanto cursos de aperfeiçoamento pelo FAT, constituindo-se ponto de orientação para o comércio e a agropecuária de Corinto. Auguro muito êxito e sucesso à sua administração.

Como ainda sobra-me tempo, quero dizer também não à guerra. A alegria por estar nesta tribuna agora é um contraste com a dor que sinto no peito ao pensar nos últimos acontecimentos internacionais, na iminência da guerra dos Estados Unidos contra o Iraque. Nos arredores do Iraque - o segundo maior produtor mundial de petróleo - estão concentrados cerca de 150 mil soldados norte-americanos e britânicos, prontos para atacar o Iraque a qualquer momento.

No último dia 15, "Dia Mundial da Marcha pela Paz", milhões de pessoas promoveram manifestações em centenas de cidades espalhadas por todo o Planeta, a favor da paz. Homens, mulheres, jovens e crianças elevaram suas vozes contra a guerra que, se ocorrer, será prejudicial ao mundo inteiro e, em especial, ao Brasil, que busca se acertar. O nosso País ficará exposto novamente aos especuladores internacionais, que por qualquer motivo elevam o risco Brasil, trazendo, em consequência, a alta dos juros, do dólar, estagnação da economia e tantos outros prejuízos.

Assessores do Presidente Lula já avisaram que se estourar a guerra e o mercado financeiro se tornar apreensivo será necessário aumentar a taxa de juros. E o custo de vida, já tão sofrido, será mais uma vez elevado. No entanto, o pior de tudo serão as vidas perdidas - civis em sua maioria - sem razão aparente, perdidas somente para satisfazer a loucura de poucos líderes de grandes países.

O momento é de união em busca da paz, contra a guerra, em nome do amor. Que este meu pedido seja registrado junto com as vozes de milhões de pessoas do mundo inteiro: que não haja guerra, e sim a paz e a harmonia entre os homens.

Volto a afirmar que estarei acompanhando, ao lado dos funcionários, a justa reivindicação do que aqui foi dito e discutido recentemente com o Presidente. Tenho certeza de que o Presidente Mauri Torres, juntamente com toda a Mesa, olhará com equilíbrio e justiça a solicitação dos funcionários desta Casa. Obrigado.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 18/2/03, o Sr. Presidente, nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Elizabeth Neves de Carvalho Xavier para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Vânia Santos para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência.

Aviso de Licitação

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 60/2002

CONVITE Nº 40/2002

Objeto: contratação de empresa especializada em serviço de táxi para o transporte de Deputados, autoridades e servidores da ALEMG. Licitante vencedora: Cooperativa de Comunicação e Apoio Social dos Condutores Autônomos da Grande Belo Horizonte Ltda. - COOPERCASCA.

TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município de Conceição de Santo Antônio do Rio Abaixo. Cessionária: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: cessão de uso da estação repetidora da TVA, de propriedade do município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 12 meses a partir da assinatura. Licitação: dispensada, nos termos da art. 17, § 2º, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município de Poços de Caldas. Cessionária: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: cessão de uso da estação repetidora da TVA, de propriedade do município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 12 meses a partir da assinatura. Licitação: dispensada, nos termos da art. 17, § 2º, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município de Carangola. Cessionária: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: cessão de uso da estação repetidora da TVA, de propriedade do município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 12 meses a partir da assinatura. Licitação: dispensada, nos termos da art. 17, § 2º, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município de Douradoquara. Cessionária: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: cessão de uso da estação repetidora da TVA, de propriedade do município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 12 meses a partir da assinatura. Licitação: dispensada, nos termos da art. 17, § 2º, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município de Nova Ponte. Cessionária: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: cessão de uso da estação repetidora da TVA, de propriedade do município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 12 meses a partir da assinatura. Licitação: dispensada, nos termos da art. 17, § 2º, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município do Pedro Leopoldo. Cessionária: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: cessão de uso da estação repetidora da TVA, de propriedade do município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 12 meses a partir da assinatura. Licitação: dispensada, nos termos da art. 17, § 2º, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE AFETAÇÃO

Cedente: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Cessionária: Escola Estadual Professor Helvécio Dahe. Objeto: doação de bens móveis inservíveis. Vigência: a partir da assinatura.

TERMO DE DESCRENCIAMENTO

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Patrícia Jeunon de Alencar e Lombardi. Objeto: prestação de serviços na área de saúde. Objeto deste aditamento: rescisão do termo de credenciamento. Vigência: a partir da assinatura.

ERRATAS

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 20/2/2003

Na publicação da ata em epígrafe, verificada na edição de 22/2/2003, na pág. 33, col. 2, sob o título "Requerimentos", no despacho ao requerimento do Deputado Rogério Correia, Líder do Bloco PT-PC do B, e outros, onde se lê:

"(- Anexe-se à Mensagem nº 37/2003.)", leia-se:

"(- Anexe-se à Mensagem nº 38/2003.)".

PROJETO DE LEI Nº 76/2003

Na publicação do documento em epígrafe, verificada na edição de 22/2/2003, na pág. 33, col. 2, no título, onde se lê:

"PROJETO DE LEI Nº 76/2003", leia-se:

"PROJETO DE LEI Nº 74/2003".